

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**TRAJETÓRIA DO EMPREGO INDUSTRIAL NO  
BRASIL E A INSERÇÃO DIFERENCIADA DOS  
GRUPOS DE COR OU RAÇA (2002-2012)**

HUGO ARAUJO SARAMAGO

Matrícula nº 110189865

ORIENTADOR: Prof. Marcelo Jorge de Paula Paixão

JANEIRO 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**TRAJETÓRIA DO EMPREGO INDUSTRIAL NO  
BRASIL E A INSERÇÃO DIFERENCIADA DOS  
GRUPOS DE COR OU RAÇA (2002-2012)**

---

HUGO ARAUJO SARAMAGO

Matrícula nº 110189865

ORIENTADOR: Prof. Marcelo Jorge de Paula Paixão

JANEIRO 2014

*As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à minha família, em especial à minha mãe, Rosângela, e meu pai, Gustavo, pelo apoio incondicional durante toda a vida. Sem vocês, nada disso seria possível.

É necessário também um agradecimento póstumo a duas pessoas fundamentais no meu desenvolvimento como pessoa: minhas avós Aparecida e Carminha, pelo carinho e apoio irrestrito nas horas que mais precisei.

À Carol, companheira de ideias e de vida.

E por que não? À Nina, também.

Aos meus companheiros de trabalho no LAESER: Irene, Elisa, Elaine, Iuri e tantos com quem tive e ainda tenho o privilégio de trabalhar junto. Em especial ao meu orientador Marcelo Paixão, por ser um exemplo de profissional, intelectual e pessoa, no qual sempre me inspirarei.

Por último, mas não menos importante, aos excelentes professores que tive durante a minha graduação e aos técnicos da secretaria do IE, Anna Lucia, Marcelo e Moisés, que sempre me ajudaram quando precisei.

## RESUMO

O presente trabalho trata da evolução das assimetrias entre os grupos de cor ou raça (brancos e pretos e pardos) no interior da indústria transformação no período 2002-2012. Para tanto, parte-se de um breve histórico da inserção diferenciada de brancos e pretos e pardos no mercado de trabalho em geral paralelamente a um processo acelerado de industrialização a partir dos anos 30, de forma a acompanhar a trajetória histórica desses dois grupos dentro do ramo industrial.

Ao alvorecer do século XXI, dois condicionantes se colocam como fundamentais para a compreensão da evolução do emprego industrial e das assimetrias de cor ou raça no seu interior deste: i) o apontamento por parte da academia de um processo de “desindustrialização” em curso desde meados dos anos 80, tendo como uma das características a redução do peso do emprego industrial dentro da PEA e ii) a trajetória de elevação do salário mínimo real.

A partir daí, são analisados os padrões de inserção de brancos e pretos e pardos na indústria de transformação no emprego industrial. Veremos que a inserção dos pretos e pardos se dá fundamentalmente no emprego industrial de menor rendimento médio, menor escolaridade e condições de trabalho mais precárias (por exemplo, ausência de carteira assinada). Além disso, veremos que as assimetrias entre os grupos de cor ou raça (representada pelo diferencial de rendimentos médios e peso relativo dentro da estrutura ocupacional) são positivamente relacionadas com o grau de *status* social conferido pela ocupação.

Apesar disso, veremos também que as assimetrias de cor ou raça apresentaram uma tendência de queda durante o período elencado na grande maioria dos indicadores analisados. É argumentado que um dos principais fatores para explicar essa mudança é o efeito da elevação do salário mínimo real no período, por meio dos efeitos deste sobre o mercado de trabalho e a distribuição de renda.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 1 – ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS SOBRE ESTUDOS DE DESIGUALDADE DE COR OU RAÇA NO MERCADO DE TRABALHO.....</b>	<b>10</b>
1.1 – Evolução histórica da inserção do negro no mercado de trabalho.....	11
1.2 - Evolução recente das desigualdades de cor ou raça no mercado de trabalho brasileiro.....	15
1.2.1 – A ocupação em números.....	16
1.2.2 – Rendimento e Desemprego.....	17
1.2.3 – Ocupação por grau de instrução.....	18
1.2.4 – Posição na ocupação.....	19
1.2.5 – Grupamentos Ocupacionais.....	21
1.3 – Apontamentos finais.....	23
<b>CAPÍTULO 2 – TRAJETÓRIA DA INDÚSTRIA E DO EMPREGO INDUSTRIAL NO BRASIL.....</b>	<b>25</b>
2.1 – Industrialização e Formação do Mercado de Trabalho Industrial.....	25
2.1.1 – Da República Velha à Revolução de 30.....	25
2.1.2 – Da Era Vargas ao Milagre.....	26
2.1.3 – Do II PND ao Neoliberalismo.....	27
2.1.4 – Ascensão neoliberal e o emprego industrial nos anos 90.....	29
2.2 – Desindustrialização, expansão salarial e o cenário atual do emprego industrial.....	30

2.2.1 – Conjuntura econômica no período 2002-2012.....	31
2.2.2 – Valorização do piso salarial.....	34
2.2.3 – Desindustrialização e perda de peso relativo do emprego industrial.....	35
2.3 – Apontamentos finais.....	39
<b>CAPÍTULO 3 – EVOLUÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL SEGUNDO A COR OU RAÇA (2002-2012) .....</b>	<b>41</b>
3.1 – Aspectos metodológicos.....	42
3.2 – Participação da PEA ocupada nos tipos de indústria.....	44
3.3 – Caracterização dos grupamentos industriais por cor ou raça e escolaridade.....	48
3.4 – Posição na Ocupação.....	51
3.5 – Grupamentos Ocupacionais.....	54
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>64</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como eixo principal a evolução do emprego na indústria de transformação no período 2002-2012, com ênfase nos indicadores para os dois grupos de cor ou raça (brancos e pretos e pardos).

É conhecida a importância do desenvolvimento do setor industrial tanto para a determinação da posição do Brasil na divisão internacional do trabalho, quanto para o próprio desenvolvimento do mercado de trabalho nacional. Por outro lado, estamos em um contexto no qual é apontada a existência de um processo de “desindustrialização” na qual há, entre outros processos, uma redução do peso do emprego industrial em relação ao emprego total (Gonçalves, 2011; Oreiro e Feijó, 2011).

Deste modo, torna-se vital analisar os efeitos desse processo sobre os grupos de cor ou raça. O debate sobre as desigualdades raciais constitui um tema clássico na academia brasileira, e na medida em que a questão racial é denunciada por diversos setores, como os movimentos sociais, esta acabou assumindo um espaço crescente tanto na academia quanto na agenda pública de debates no Brasil.

A relação dos trabalhadores pretos e pardos com o setor industrial possui contornos diferenciados, haja vista a opção feita no pós-abolição até meados dos anos 20, na qual se optou pela introdução do trabalho do migrante europeu na incipiente atividade manufatureira paulista (Bastide e Fernandes, 1959; Fernandes, 1965). Dessa forma, a população negra precisou não apenas conviver com a poderosa marca da escravidão, mas também com a concorrência do trabalhador imigrante induzida a partir de uma política de Estado dentro do principal centro industrial do país, dificultando a inserção destes trabalhadores em estratos ocupacionais mais “nobres”, como era o caso na época de alguns ramos industriais.

A pergunta que se coloca é, dado o contexto e evolução histórica do emprego industrial e da dimensão de cor ou raça no mercado de trabalho, de que forma brancos e pretos e pardos se inserem nos diferentes tipos de indústria e qual o real caráter dessa inserção, ou seja, se os negros se inserem em uma posição de prestígio dentro da estrutura ocupacional ao menos de forma semelhante à dos brancos, e se esta se dá de maneira diferente nas indústrias tradicionais e dinâmicas.



A presente Monografia será formada por três capítulos, além de uma introdução e uma conclusão.

No primeiro capítulo, será feita uma pequena revisão sobre a inserção histórica dos negros no mercado de trabalho brasileiro. Neste momento também serão discutidos temas correlatos como a existência do racismo no Brasil e a metodologia que será empregada para o estudo da variável cor ou raça. No primeiro caso, Hasenbalg (1999) é a referência principal. Em relação ao racismo no Brasil, utiliza-se a interpretação de Guimarães (1999, 2001). Em relação à metodologia utilizada para os estudos de cor ou raça, utiliza-se Paixão et al. (2008, 2011a). O capítulo é aberto com a colocação de algumas questões metodológicas para o trabalho com a variável cor ou raça nas pesquisas do IBGE. A partir daí, serão feitos alguns apontamentos sobre a questão do racismo no Brasil, bem como seus efeitos sobre a inserção de trabalhadores brancos e negros no mercado de trabalho.

O segundo eixo é uma revisão da literatura existente sobre a industrialização brasileira, a formação do mercado de trabalho neste setor e as transformações ocorridas na economia brasileira nos últimos anos, bem como os efeitos dessa última sobre a atividade e o emprego industrial. As principais referências utilizadas serão Furtado (1959), Cano (1994), Hasenbalg (1992), Tavares (1977), Gonçalves (2011), Oreiro e Feijó (2011) e Sabóia (2004). Cabe mencionar ainda os efeitos de algumas circunstâncias alheias à trajetória seguida pela indústria, mas que certamente possuem impacto sobre esta, bem como sobre o emprego industrial, como a tendência constante de elevação do salário mínimo a partir de 2003 e seus efeitos sobre o emprego e a distribuição de salários. Portanto, a análise para o período 2002-2012 irá destacar a coadunação de dois processos fundamentais: i) o chamado fenômeno da “desindustrialização” e ii) o persistente aumento do salário mínimo real e seus efeitos sobre o emprego e os rendimentos.

O terceiro e mais importante eixo da Monografia será a análise dos microdados da PNAD para o período 2002-2012. Utiliza-se o estudo de Bacha e Mata (1973) como referência para uma decomposição do emprego industrial segundo suas características econômicas, ou seja, se estes se localizam em setores mais atrasados (“indústrias tradicionais”) ou mais modernos (“indústrias dinâmicas”), inserindo a variável cor ou raça na análise. Dessa forma, serão construídos indicadores utilizando a escolaridade

dos trabalhadores, a posição na ocupação e a divisão por grupamentos ocupacionais, buscando captar o peso de cada grupo de cor ou raça dentro da total do emprego industrial e a existência de diferenciais de rendimento entre os grupos de cor ou raça e entre os grupos de indústria. Veremos que apesar da entrada massiva dos pretos e pardos na PEA ocupada na indústria, os brancos seguem sendo maioria em ambos os grupamentos industriais, e mais ainda nos setores mais modernos e em posições mais nobres da estrutura ocupacional ou que exigem maior escolaridade.

Ao final, é feita uma conclusão contendo os principais resultados do estudo. Cabe ressaltar ainda o ineditismo do tema aqui proposto, o que em parte prejudica o trabalho em razão da escassa bibliografia disponível sobre o tema específico que é tratado. Por essa, entre outras razões, este estudo não tem a pretensão de esgotar o tema ou propor algum tipo de conclusão final, e sim propor caminhos para o estudo da questão racial no interior do mercado de trabalho industrial.

Como última observação, o tema desse trabalho é em grande parte inspirado pela experiência do autor no Tempo em Curso, publicação mensal editada pelo Laboratório de Análises Econômicas, Sociais, Estatísticas e Históricas das Relações Raciais (LAESER/IE-UFRJ) que acompanha a conjuntura do mercado de trabalho metropolitano brasileiro a partir de suas dimensões de cor ou raça.

## **CAPÍTULO 1 – ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS SOBRE AS DESIGUALDADE DE COR OU RAÇA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**

A importância do estudo da inserção da população preta e parda no sistema econômico é fundamental. Bastaria para justificar a afirmação anterior o fato de que estes compõem, segundo o Censo Demográfico de 2010, 50,7% da população brasileira. Porém, apesar de atualmente representarem mais da metade da população do país, esse contingente esteve continuamente afastado das principais estruturas de poder econômico, político e social ao longo da formação da sociedade brasileira.

Dessa forma, os levantamentos realizados pelos órgãos estatísticos do país são uma fonte primordial para a obtenção de informações acerca da situação dos grupos de cor ou raça, tanto no sistema econômico quanto em outras esferas da vida. O Censo do IBGE, desde 1940, incluiu uma pergunta sobre a cor da população desde as primeiras pesquisas realizadas, à exceção do Censo Demográfico de 1970. Já a PNAD, principal fonte de informações estatísticas desse trabalho, inclui a variável cor desde 1987.

É importante salientar que o presente trabalho não desconsidera que o conceito de “raça” em um sentido biológico não encontra respaldo na ciência. Porém, parte-se do pressuposto que “paradoxalmente, a inexistência biológica das raças não implica na igual inexistência do racismo.” (Paixão et al., 2009). Dito de outra forma, por mais que parte significativa da população brasileira tenha consciência da impossibilidade de separar a humanidade em estratos raciais biologicamente definidos, boa parte desta continua a considerar, inconscientemente ou não, como pessoas inferiores aqueles que são dotados de determinadas características físicas em comum. Dessa forma, torna-se importante efetuar uma reconstrução do conceito de raça enquanto categoria social e historicamente construída (Guimarães, 1999, 2001), de forma a possibilitar seu uso enquanto uma categoria analítica não só válida, mas necessária para o enfrentamento desta que é uma séria questão enfrentada pela sociedade brasileira.

Em relação à metodologia que será utilizada para o processamento dos dados, é importante salientar que o que será considerado aqui como “negro” é a soma das duas categorias censitárias “pretos” e “pardos”. O motivo para o uso dessa metodologia é que

se considera que, embora uma parte razoável dos “pardos” possa não se considerar como parte de um mesmo grupo “negros”, ambos os grupos são vistos (e discriminados) de maneira semelhante pelo restante da sociedade (Paixão et al., 2008). Além disso, com algumas exceções (dentre as quais não se incluem os indicadores para o mercado de trabalho), os indicadores sociais de ambos os grupos tem uma semelhança bastante notável entre si (ibidem, 2008).

Cabe agora fazer uma pequena digressão histórica, na qual serão colocados os principais elementos do processo de inserção do negro no mercado de trabalho.

### **1.1 – Evolução histórica da inserção do negro no mercado de trabalho**

O papel do negro no mercado de trabalho, ao menos em parte, não pode ser dissociado do passado escravista brasileiro. Durante mais de 300 anos, milhões de africanos foram transplantados de seu continente de origem para as colônias americanas e forçados a condições de vida e regimes laborais degradantes. No Brasil, a abolição da escravidão foi seguida pelo avanço de pressupostos racialistas<sup>1</sup> acompanhados de intensas desvantagens socioeconômicas à população que poderia ser reconhecida como de descendentes dos ex-escravos.

No pós-abolição, os dados disponíveis para São Paulo e Rio de Janeiro indicam que o negro teve uma grande concorrência para se inserir no mercado de trabalho. No caso paulista, extensamente estudado por Fernandes (1965) e Bastide e Fernandes (1959), desde os últimos anos de escravidão até a década de 1920 houve um política deliberada por parte do Estado para trazer para o país grandes levas de imigrantes europeus, principalmente com o objetivo de suprir uma possível escassez de mão de obra para a lavoura cafeeira (Furtado, 1959).

Contudo, embora nem sempre reconhecido no meio acadêmico, as políticas imigracionistas igualmente seguiam as ideologias racistas vigentes na época. Assim, a política dos governos de então tinham como objetivo “embranquecer” a população, visto que se acreditava que o negro não era apto a desempenhar atividades de maior

---

<sup>1</sup> Sobre os avanços das ideias racialistas na ciência e seus efeitos sobre a integração do negro na sociedade brasileira, ver Schwarcz (1987, 1993).

complexidade. A manutenção dos trabalhadores negros em atividades de menor produtividade, portanto, deve ser analisada à luz dessas políticas, e não de um suposto “despreparo, incapacidade ou desorganização social dos ex-escravos” (Hasenbalg, 1999, p.8).

É importante lembrar que outras regiões do país de menor ritmo de crescimento econômico não tiveram uma política tão eficiente de atração de imigrantes. Porém mesmo nestes casos a população branca possuía maior participação na ocupação dos postos de trabalho nos setores mais dinâmicos da economia. A tabela 1.1 fornece dados sobre a divisão dos trabalhadores brancos e não brancos entre os setores de atividade para o conjunto do país e desagregados por regiões geográficas selecionadas:

<b>Tabela 1.1 - Distribuição dos grupos de cor ou raça pelos setores de atividade segundo os Censos Demográficos de 1940 e 1950. (em %)</b>						
	<b>Primário</b>	<b>Secundário</b>	<b>Terciário</b>	<b>Primário</b>	<b>Secundário</b>	<b>Terciário</b>
<b>São Paulo</b>	<b>1940</b>			<b>1950</b>		
Branços	56,3	17,5	26,2	42,0	24,3	33,7
Pretos e Pardos	71,2	12,0	16,8	48,9	20,5	30,6
<b>Rio de Janeiro e DF</b>	<b>1940</b>			<b>1950</b>		
Branços	25,2	19,8	55,0	17,0	23,1	59,9
Pretos e Pardos	44,9	21,7	33,4	23,0	23,1	53,9
<b>Resto do país (exclui Sul)</b>	<b>1940</b>			<b>1950</b>		
Branços	76,6	6,2	17,2	70,4	7,3	22,3
Pretos e Pardos	81,3	7,0	11,7	75,6	8,0	16,4
<b>Brasil</b>	<b>1940</b>			<b>1950</b>		
Branços	65,9	10,9	23,2	55,8	14,6	29,6
Pretos e Pardos	77,4	8,6	14,0	68,7	10,6	20,7
Fonte: Hasenbalg (1999). Por motivos de coerência com o restante do texto, a tabela é reproduzida aqui com o termo "Pretos e Pardos" no lugar de "Não brancos", como consta no texto original. A categoria "Não brancos" abarca pretos e pardos e exclui amarelos e pessoas de cor ignorada.						

Como é possível perceber, a população brasileira anos 40 ainda estava fundamentalmente concentrada no campo, em especial a população preta e parda, que nesse ano possuía três quartos de seu contingente trabalhando no setor primário. É também notável a participação significativamente maior da população branca no setor secundário para o estado de São Paulo, que concentrava o grosso da produção industrial. No restante do país, havia uma inserção até maior dos negros na indústria, mas os números nacionais mostram que de fato a maior parte do emprego industrial estava mesmo em São Paulo. A mudança mais sensível que é possível observar na passagem para os anos 50 é a redução do peso do setor primário entre a população ocupada, tanto

branca quanto preta e parda, além de um extraordinário crescimento da indústria e (principalmente) dos serviços.

Ao longo do período que vai dos anos 1950 aos 1980, o Brasil passou por um acelerado processo de modernização e urbanização. Este traz consequências importantes para o mercado de trabalho, sendo uma das principais a transição da concentração da mão de obra empregada no setor primário da economia em direção ao setor secundário e em especial ao terciário. Este último é representado tanto por atividades urbanas marcadas pela informalidade, precariedade e baixa remuneração do trabalhador quanto pelos serviços modernos, no qual estão presentes os trabalhadores não manuais de escolaridade elevada. Segundo Hasenbalg (1999, p. 13):

“Em relação à estrutura social do emprego, houve uma forte queda na população economicamente ativa (PEA) do setor primário, que caiu de 60% em 1950 para 30% em 1980, e uma transferência da força de trabalho para indústria e os serviços modernos. Entre 1960 e 1980, quando as transformações estruturais se aceleraram, o total de pessoas trabalhando no setor secundário cresce de 2.940 mil para 10.675 mil, aumentando sua participação relativa de 12,9% para 24,4%. No mesmo período, a proporção de pessoas ocupadas no setor terciário passa de 33,1% para 45,7%”

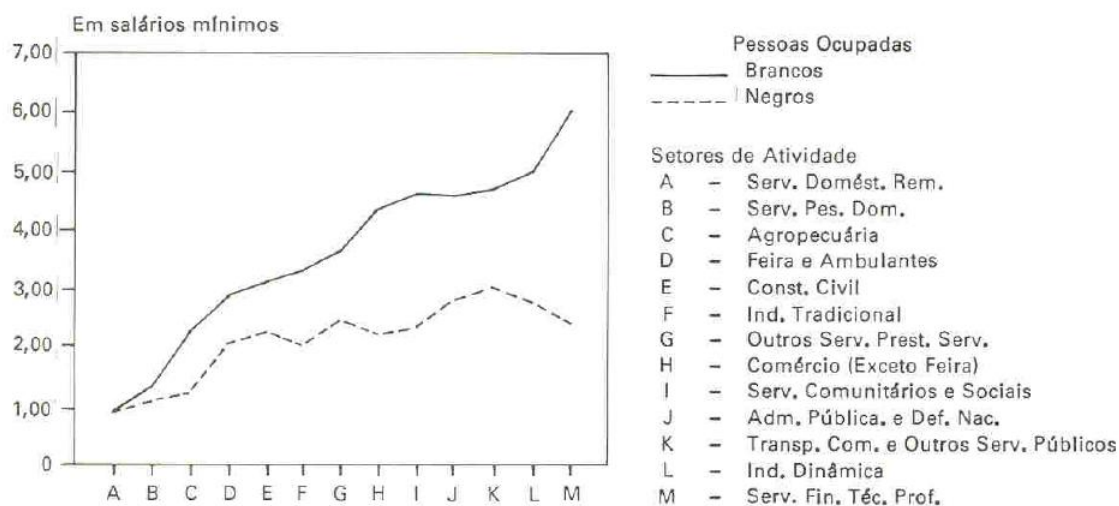
A tabela 1.2 mostra a magnitude do processo de urbanização segundo os grupos de cor ou raça entre os anos de 1950 e 1980. De fato, segundo o IBGE, já em 1970 a população brasileira era mais urbana do que rural, com 56% da população residia nas cidades, enquanto 44% ainda estavam no campo. Em 1980, o percentual de pessoas nas cidades já era de 67,7%, a maioria delas, como é perceptível pelos dados abaixo, de brancos.

<b>Tabela 1.2 - Distribuição dos grupos de cor ou raça pelos setores de atividade, Brasil, 1950 e 1980. (em %)</b>				
	1950		1980	
	<b>Rural</b>	<b>Urbano</b>	<b>Rural</b>	<b>Urbano</b>
Branco	54,0	46,0	23,8	76,2
Pretos e Pardos	64,2	35,8	38,1	61,9
Fonte: Porcaro e Araujo (1988). Dados dos Censos Demográficos de 1950 e 1980.				

No Brasil, essas mudanças coincidem com uma disparada da renda per capita, a despeito do também significativo crescimento da população. Por outro lado, temos o crescimento das desigualdades sociais, da má distribuição da educação e da renda. Essas mazelas, típicas de um sistema capitalista periférico, não poderiam ter deixado, no

Brasil, de afetar mais os grupos tradicionalmente marginalizados, como é o caso dos negros (Porcaro e Araujo, 1988). O gráfico abaixo mostra a relação entre os rendimentos dos dois grupos de cor ou raça nos ramos de atividade urbanos para o Estado de São Paulo em 1980.

**Gráfico 1.1 - Rendimento Médio (medido em salário mínimos) por ramos de atividade urbanos selecionados, São Paulo, 1980.**



Fonte: Porcaro e Araujo (1988). Dados do Censo Demográfico de 1980.

É perceptível um aumento da disparidade entre os rendimentos médios dos dois grupos conforme nos movemos para a direita em relação ao eixo horizontal, onde estão localizadas as atividades que exigem maior escolaridade e que pagam os maiores salários. Na maior parte dos setores em que a diferença de rendimentos é mais elevada é também notada uma presença bem menor de pretos e pardos em relação aos brancos. Dessa forma, ao mesmo tempo em que o acesso a esses estratos mais nobres da ocupação é dificultado, a entrada dos negros não é garantia de que terão o mesmo padrão de rendimento que os brancos.

Dessa forma, a generalização do trabalho assalariado e urbano impôs novos desafios à integração do negro ao mundo do trabalho.

A questão do acesso ao sistema educacional ainda é um dos principais inibidores da presença dos negros em posições que conferem maior *status* social, posto que boa parte dessas profissões necessite de formação universitária. Portanto, a questão do acesso à educação impõe uma barreira à ascensão do negro que prescinde da existência

de racismo no mercado de trabalho (Hasenbalg, 1999). Essa situação de dupla discriminação somada às alterações que se processaram na estrutura ocupacional brasileira ao longo dos anos 80 e 90 segue a reproduzir as desigualdades entre os grupos de cor ou raça até os dias de hoje (Sabóia e Sabóia, 2007).

## **1.2 - Evolução recente das desigualdades de cor ou raça no mercado de trabalho brasileiro**

Nessa seção, farei uma breve análise sobre o movimento de alguns indicadores selecionados para o mercado de trabalho brasileiro segundo os grupos de cor ou raça para o período 2002-2012, utilizando como base os dados da PNAD<sup>2</sup>. Serão apresentados uma seleção de indicadores, a saber: PEA ocupada (em números absolutos), faixas de escolaridade selecionadas, desemprego e rendimento, posição na ocupação e grupamentos ocupacionais.

Em linha com o que foi discutido anteriormente, a inserção dos pretos e pardos no mercado de trabalho ainda tem um padrão diferente da dos brancos. Estes últimos costumam ser maioria nos tipos de emprego que conferem um maior *status* social, e mesmo os pretos e pardos que conseguem ascender a esse tipo de posição, ainda possuem rendimento inferior ao dos brancos. Um dado particularmente interessante é que o nível das assimetrias entre os grupos de cor ou raça, representadas pelo peso relativo dos grupos dentro da estrutura ocupacional e pelo diferencial entre os rendimentos do trabalho, costuma ser positivamente correlacionado com o grau de *status* conferido pela ocupação.

Porém, veremos que no período em questão, por circunstâncias que serão discutidas no próximo capítulo, houve uma queda significativa das desigualdades entre os grupos de cor ou raça no mercado de trabalho, no sentido de uma redução nos diferenciais de rendimento entre brancos e pretos pardos, bem como no sentido de uma

---

<sup>2</sup> Devido à realização do Censo Demográfico em 2010, como é de costume, a PNAD não foi realizada esse ano. Para não incluir na série duas bases de dados diferentes, algumas tabelas deixam de incluir apenas o ano de 2010.



maior inserção de pretos e pardos em posições mais elevadas dentro da estrutura ocupacional, por exemplo, nas ocupações que exigem maior grau de escolaridade.

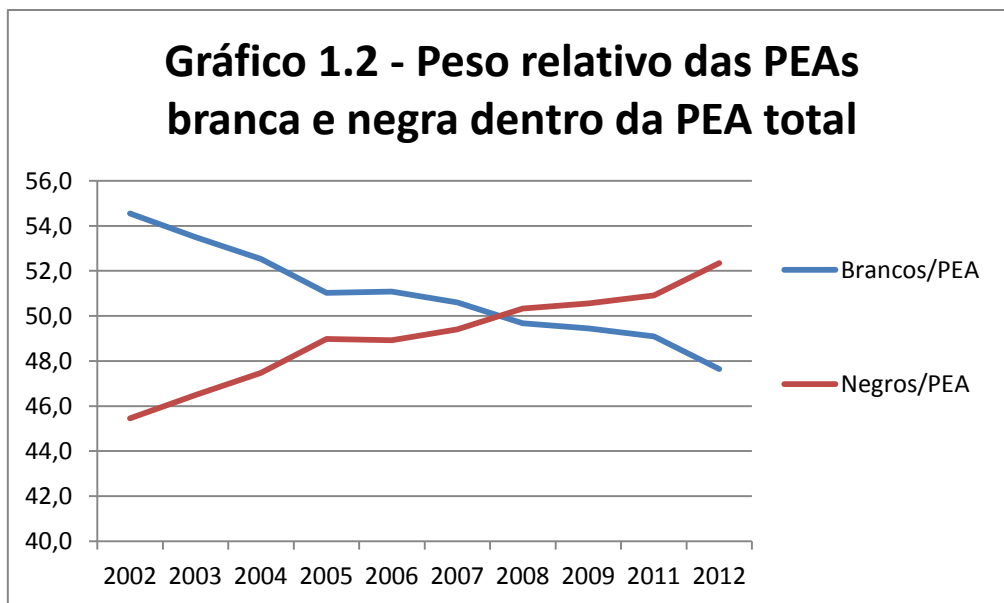
### 1.2.1 – A ocupação em números

Na tabela 1.3, podemos observar o crescimento da população ocupada segundo a sua declaração de cor ou raça segundo a PNAD a partir de 2002 e sua variação a cada ano, em relação ao ano anterior. Como podemos observar, no período houve um aumento constante da população ocupada de cor preta e parda. Já o número de trabalhadores brancos aumentou de forma bem mais tímida, com um total de apenas 4,7% para todo o período. Já o crescimento total dos trabalhadores pretos e pardos chegou a 38%, resultado bastante expressivo em relação ao que observamos para os brancos.

Este fenômeno pode ter duas explicações. A primeira é que houve uma tendência maior nos últimos anos de que uma pessoa se reconheça enquanto preta ou parda<sup>3</sup> quando questionada sobre sua cor ou raça no âmbito das pesquisas demográficas. Por outro lado, há de fato uma grande entrada da população em geral no mercado de trabalho, simultaneamente à expressiva criação de vagas de emprego e do aumento do salário mínimo (Sabóia, 2009). Além disso, é bastante simbólico o fato de que durante esse período o peso relativo da população negra dentro do total da PEA ocupada tenha superado o percentual de brancos, como é ilustrado no gráfico 1.2.

Tabela 1.3 - Número absoluto de trabalhadores ocupados por cor ou raça - 2002-2012 (em milhões)										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
<b>Branços</b>	42,7	42,5	44,1	44,0	45,0	45,1	45,5	45,5	45,5	44,7
<b>Pretos e Pardos</b>	35,6	37,0	39,8	42,2	43,1	44,0	46,1	46,5	47,1	49,2
<b>Total</b>	78,4	79,5	83,9	86,2	88,1	89,1	91,6	92,0	92,6	93,9
Variação ano a ano - 2002 a 2012 (em %)										
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	Total
<b>Branços</b>	-0,5	3,7	-0,2	2,2	0,2	0,9	0,1	-0,1	-1,6	4,7
<b>Pretos e Pardos</b>	3,8	7,8	6,0	2,0	2,2	4,6	1,0	1,3	4,3	38,0
Obs: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.										
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).										

<sup>3</sup> Sobre a questão da autodeclaração, ver Paixão et al. (2009, p. 13-14).



### 1.2.2 – Rendimento e Desemprego

Em relação ao rendimento médio real do trabalho<sup>4</sup>, é possível observar na tabela 1.4 que a partir de 2004 um aumento da renda constante do para ambos os grupos de cor ou raça e redução do diferencial observado entre os grupos. Em 2002, este era de aproximadamente 104%, ou seja, os trabalhadores brancos ganhavam, em média, mais que o dobro dos pretos e pardos. Em 2003, este número sobe para 108,2% e a partir daí inicia uma trajetória de queda até atingir 73,2 pontos percentuais em 2011. Em 2012, essa trajetória é interrompida e o diferencial entre os rendimentos fica em 77,6%, o maior desde 2008.

Tabela 1.4 - Rendimento Médio Real do Trabalho da PEA ocupada - 2002-2012 (em R\$, set / 12 - INPC)										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
<b>Branco</b>	1302,39	1223,20	1208,16	1263,84	1367,96	1408,94	1441,26	1464,75	1610,90	1746,69
<b>Pretos e Pardos</b>	638,19	587,37	612,07	641,98	694,59	742,50	784,30	825,30	930,03	983,24
<b>Total</b>	999,65	926,78	924,41	958,60	1037,23	1078,57	1109,44	1140,27	1262,85	1345,29
<b>Diferencial (%)</b>	104,1	108,2	97,4	96,9	96,9	89,8	83,8	77,5	73,2	77,6
Obs: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.										
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).										

<sup>4</sup> Não são considerados os rendimentos de outras fontes.

Em relação ao desemprego, analisando a tabela 1.5, vemos que houve um movimento de queda na taxa de desemprego total, bem como para ambos os grupos de cor ou raça. Salta aos olhos, mais uma vez, o fato de que a taxa de desemprego para a PEA preta e parda é sempre maior que para a PEA branca, com a diferença entre as duas permanecendo quase sempre em um patamar semelhante. A taxa de desemprego para ambos os grupos possui uma tendência de queda até 2008, até que a tendência é interrompida em 2009, com elevação da taxa de desemprego em 1,1 pontos percentuais para os brancos e 1,4 para pretos e pardos. Porém, em 2011 e 2012 as taxas de desemprego voltam a cair atingem níveis mínimos recordes em 2012.

<b>Tabela 1.5 - Taxa de desemprego aberto da PEA - 2002-2012 (%)</b>										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
<b>Brancos</b>	8,2	8,8	7,9	8,2	7,5	7,2	6,2	7,3	5,8	5,2
<b>Pretos e Pardos</b>	10,3	10,7	9,9	10,4	9,3	9,0	7,8	9,2	7,6	7,1
<b>Total</b>	9,2	9,7	8,9	9,3	8,4	8,1	7,0	8,3	6,7	6,2
<b>Diferença</b>	2,2	1,9	2,0	2,2	1,8	1,8	1,6	2,0	1,8	1,9
Obs: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.										
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).										

### 1.2.3 – Ocupação por grau de instrução

Em relação à questão educacional, a tabela 1.6 fornece os dados referentes à evolução do peso de cada estrato educacional selecionado dentro da PEAs branca, preta e parda e total. O peso dos que possuem 15 ou mais anos de estudo, o mais alto entre os estratos educacionais, dentro da PEA preta e parda cresceu 48,3% para 2002-2007 e 61,7% entre 2007 e 2012, contra respectivamente 27 e 28,3 pontos percentuais para os brancos. Apesar do crescimento relativo maior, a população negra segue tendo uma minoria do seu total de pessoas com esse nível de escolaridade.

Já a tabela 1.7 mostra que mesmo quando possuem acesso à educação, os negros ainda possuem dificuldade para se inserir no mercado na mesma condição que os brancos. É perceptível que, apesar do aumento da escolaridade entre os negros, os diferenciais entre os rendimentos dos dois grupos aumentaram nos estratos educacionais extremos (os não escolarizados e os com 15 ou mais anos de estudo). A maior redução nos diferenciais de rendimento se deu para o grupo com 1 a 4 anos de estudo, passando de 56,2 para 39 pontos percentuais de 2002 para 2012.

**Tabela 1.6 - Composição da PEA ocupada por cor ou raça e faixas de anos de estudo - 2002-2012 (em R\$, set / 12 - INPC)**

		2002	2007	2012	Média
<b>Branços</b>	Sem Instrução	6,2	5,0	3,8	5,2
	1 a 4 anos	22,8	17,6	12,8	17,9
	5 a 8 anos	25,3	22,7	20,1	22,5
	9 a 11 anos	28,5	32,9	35,9	32,9
	12 a 14 anos	6,0	7,5	9,1	7,3
	15 ou mais	11,2	14,2	18,3	14,1
<b>Pretos e Pardos</b>	Sem Instrução	16,3	12,2	9,2	13,1
	1 a 4 anos	30,3	24,7	18,7	24,6
	5 a 8 anos	27,0	26,7	25,5	26,3
	9 a 11 anos	21,5	28,8	34,7	28,3
	12 a 14 anos	2,1	3,5	5,3	3,4
	15 ou mais	2,7	4,1	6,6	4,3
<b>Total</b>	Sem Instrução	10,8	8,6	6,6	9,1
	1 a 4 anos	26,2	21,1	15,9	21,2
	5 a 8 anos	26,0	24,7	23,0	24,4
	9 a 11 anos	25,3	30,9	35,3	30,7
	12 a 14 anos	4,3	5,5	7,1	5,4
	15 ou mais	7,4	9,2	12,1	9,3

Obs: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

**Tabela 1.7 - Rendimento Médio Real do Trabalho da PEA ocupada por faixas de anos de estudo - 2002-2012 (em R\$, set / 12 - INPC)**

		2002	2007	2012	Média
<b>Branços</b>	Sem Instrução	395,85	472,25	666,31	482,59
	1 a 4 anos	659,50	710,32	887,97	705,89
	5 a 8 anos	809,06	900,86	1053,68	876,80
	9 a 11 anos	1270,11	1228,94	1439,79	1243,31
	12 a 14 anos	1943,11	1705,31	1916,80	1783,83
	15 ou mais	4088,14	3769,24	3963,55	3761,41
<b>Pretos e Pardos</b>	Sem Instrução	299,01	354,51	479,62	355,84
	1 a 4 anos	422,24	487,01	638,80	486,96
	5 a 8 anos	586,36	629,05	803,69	628,48
	9 a 11 anos	901,41	893,88	1043,66	895,28
	12 a 14 anos	1471,35	1391,40	1496,55	1402,79
	15 ou mais	2901,91	2662,88	2708,92	2694,27
<b>Diferencial (%)</b>	Sem Instrução	32,4	33,2	38,9	34,6
	1 a 4 anos	56,2	45,9	39,0	46,0
	5 a 8 anos	38,0	43,2	31,1	40,2
	9 a 11 anos	40,9	37,5	38,0	39,2
	12 a 14 anos	32,1	22,6	28,1	27,1
	15 ou mais	40,9	41,5	46,3	39,8

Obs: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

## 1.2.4 – Posição na ocupação

A evolução dos rendimentos em relação à posição na ocupação também confirma a tendência geral de redução das assimetrias de cor ou raça no mercado de trabalho. A posição na ocupação é um importante indicador da evolução das assimetrias, posto que reflete as condições gerais do mercado de trabalho de um ponto de vista mais qualitativo do que uma simples comparação entre rendimentos médios.

A partir dos dados da tabela 1.8, é perceptível a saída dos trabalhadores de ambos os grupos de cor ou raça de empregos sem carteira de trabalho em favor dos com carteira de trabalho assinada. Essa última 36,9% em 2002 para 45,4% e, 2012 para os brancos, e de 28,5 para 39,3 pontos percentuais para os negros entre os mesmos anos.

Como pode ser observada na tabela 1.9, a redução nas assimetrias de cor ou raça em termos de rendimentos médios é significativa para os empregados com e sem carteira assinada, passando, no primeiro caso, de 63,5% em 2002 para 43,4% em 2012. No caso dos trabalhadores sem carteira assinada, a redução é de 76,2 pontos percentuais para 54,6%. No caso dos que trabalham por conta própria, apesar de terem se reduzido em 13,1 pontos percentuais, as assimetrias continuam em patamar bastante elevado, com 86,5%. Já a assimetria de rendimento entre os empregadores manteve-se bastante rígida no período.

Tabela 1.8 - Composição da PEA ocupada por posição na ocupação - 2002-2012 (%)					
		2002	2007	2012	Média
<b>Brancos</b>	Empregado com carteira	36,9	40,4	45,4	40,5
	Empregado sem carteira	18,0	16,6	13,5	16,1
	Empregador	6,3	5,8	5,7	6,2
	Conta- própria	23,8	22,4	21,0	22,4
	Militar ou Funcionário público	8,0	8,6	8,9	8,4
	Trabalhador doméstico com carteira	2,1	1,9	1,8	2,0
	Trabalhador doméstico sem carteira	4,8	4,3	3,8	4,4
<b>Pretos e Pardos</b>	Empregado com carteira	28,5	33,3	39,3	33,0
	Empregado sem carteira	24,7	22,3	19,0	22,3
	Empregador	2,8	2,3	2,5	2,6
	Conta- própria	26,8	25,0	23,3	25,1
	Militar ou Funcionário público	6,2	6,6	7,0	6,7
	Trabalhador doméstico com carteira	2,4	2,6	2,5	2,6
	Trabalhador doméstico sem carteira	8,6	7,8	6,5	7,8
Obs: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.					
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).					

<b>Tabela 1.9 - Rendimento Médio Real do Trabalho da PEA ocupada por posição na ocupação - 2002-2012 (em R\$, set / 12 - INPC)</b>					
		2002	2007	2012	Média
<b>Branços</b>	Empregado com carteira	1460,95	1480,50	1667,31	1471,11
	Empregado sem carteira	875,22	919,52	1164,09	924,48
	Empregador	4135,24	4187,76	5196,48	4225,26
	Conta- própria	1209,66	1378,48	1735,03	1317,36
	Militar ou Funcionário público	2215,74	2514,94	2829,41	2426,58
	Trabalhador doméstico com carteira	559,94	639,54	834,74	647,11
	Trabalhador doméstico sem carteira	360,94	396,01	548,38	404,91
<b>Pretos e Pardos</b>	Empregado com carteira	893,80	978,78	1162,74	977,08
	Empregado sem carteira	496,74	574,35	752,99	580,53
	Empregador	2405,14	2685,71	3029,03	2538,48
	Conta- própria	606,09	710,66	930,20	687,88
	Militar ou Funcionário público	1498,15	1683,22	1947,35	1654,59
	Trabalhador doméstico com carteira	532,01	629,92	795,12	616,69
	Trabalhador doméstico sem carteira	304,17	342,39	451,87	342,76
<b>Diferencial (%)</b>	Empregado com carteira	63,5	51,3	43,4	51,1
	Empregado sem carteira	76,2	60,1	54,6	60,5
	Empregador	71,9	55,9	71,6	67,6
	Conta- própria	99,6	94,0	86,5	93,3
	Militar ou Funcionário público	47,9	49,4	45,3	46,8
	Trabalhador doméstico com carteira	5,3	1,5	5,0	5,0
	Trabalhador doméstico sem carteira	18,7	15,7	21,4	18,0
Obs: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.					
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).					

### 1.2.5 – Grupamentos Ocupacionais

Os indicadores baseados em “grupamentos ocupacionais” que são uma agregação das categorias previstas no Código Brasileiro de Ocupações (CBO). Por esse indicador, podemos observar com mais precisão o tipo de trabalho realizado por cada membro da PEA, desde os chamados “colarinhos brancos” (categoria “dirigentes em geral”, pelo IBGE) até os trabalhadores manuais.

A tabela 1.10 mostra a distribuição de cada grupo de cor ou raça entre as categorias ocupacionais. Como podemos perceber, a PEA preta e parda está fundamentalmente concentrada entre os trabalhadores em geral, no setor de serviços, agrícola e no de produção de bens e serviços, bem como em vendas no comércio em geral. Essa situação não sofreu alterações significativas.

Em 2002, 82,2% da PEA preta e parda estava classificada em uma das categorias mencionadas anteriormente. Em 2012, esse número passou para 76,8 pontos

percentuais. Ou seja, apenas 5,4% dos trabalhadores negros “migraram” para as categorias que conferem maior estima social, como técnicos, administradores, profissionais das ciências e das artes e dirigentes. No caso desta última, a mais alta dentro da estrutura ocupacional, houve um aumento de 2,6% para apenas 3 pontos percentuais.

Passando agora para a análise dos rendimentos do trabalho, vemos que é possível como nas análises anteriores, verificar uma queda significativa nos diferenciais de rendimento entre os dois grupos de cor ou raça. Os dados podem ser observados na tabela 1.11. Uma exceção são os trabalhadores agrícolas, cujo diferencial já era o mais elevado entre os grupos de atividade em 2002, tendo se mantido com dessa forma durante todo o período, atingindo 125,9% em 2012.

Em relação à posição mais “nobre” da estrutura ocupacional, a de dirigentes ou “colarinhos brancos”, as assimetrias de cor ou raça no mercado de trabalho, representadas pelo diferencial de rendimentos do trabalho estiveram, em média, no patamar de 53,4% durante o período. O diferencial de rendimentos para esse grupo teve uma queda constante entre 2003 e 2006, e partir daí apresentou uma trajetória errática, estacionando em 61,4% em 2012.

Tabela 1.10 - Composição da PEA ocupada por cor ou raça grupamento ocupacional, 2002-2012 (em %)					
		2002	2007	2012	Média
<b>Branços</b>	Dirigentes em geral	7,1	7,1	7,2	7,2
	Profissionais das ciências e das artes	8,4	9,7	12,3	9,8
	Técnicos de nível médio	8,4	8,9	7,9	8,4
	Trabalhadores de serviços administrativos	9,4	10,3	11,8	10,4
	Trabalhadores dos serviços	17,1	16,8	16,5	16,7
	Vendedores e prestadores de serviço do comércio	9,8	10,3	10,0	10,2
	Trabalhadores agrícolas	16,2	14,2	10,9	14,3
	Trabalhadores da produção de bens e serviços	22,7	22,0	22,6	22,3
	Membros das forças armadas e auxiliares	0,8	0,6	0,9	0,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Pretos e Pardos</b>	Dirigentes em geral	2,6	2,6	3,0	2,6
	Profissionais das ciências e das artes	2,9	3,8	5,6	3,9
	Técnicos de nível médio	5,7	6,1	5,5	5,8
	Trabalhadores de serviços administrativos	5,7	6,6	8,3	6,7
	Trabalhadores dos serviços	23,0	23,1	22,9	22,9
	Vendedores e prestadores de serviço do comércio	9,3	9,6	9,7	9,6
	Trabalhadores agrícolas	25,7	22,9	17,5	23,0
	Trabalhadores da produção de bens e serviços	24,2	24,7	26,7	24,8
	Membros das forças armadas e auxiliares	0,8	0,7	0,9	0,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).					

<b>Tabela 1.11 - Rendimento Médio Real do Trabalho da PEA ocupada por cor ou raça e grupo de atividade - 2002-2012 (em R\$, set / 12 - INPC)</b>					
		2002	2007	2012	Média
<b>Branços</b>	Dirigentes em geral	3.913,19	3.854,02	4.406,08	3.843,28
	Profissionais das ciências e das artes	3.221,00	3.109,36	3.474,43	3.150,72
	Técnicos de nível médio	1.775,19	1.920,43	2.247,56	1.887,01
	Trabalhadores de serviços administrativos	1.127,48	1.135,40	1.324,36	1.155,13
	Trabalhadores dos serviços	640,15	718,20	904,43	699,00
	Vendedores e prestadores de serviço do comércio	873,27	971,86	1.258,72	952,97
	Trabalhadores agrícolas	455,86	550,46	788,26	564,29
	Trabalhadores da produção de bens e serviços	970,80	1.089,51	1.324,58	1.068,89
	Membros das forças armadas e auxiliares	2.285,91	2.295,92	3.034,55	2.407,23
<b>Pretos e Pardos</b>	Dirigentes em geral	2.402,80	2.516,01	2.723,30	2.512,47
	Profissionais das ciências e das artes	1.919,23	1.923,76	2.215,69	1.991,54
	Técnicos de nível médio	1.121,48	1.266,56	1.483,17	1.239,94
	Trabalhadores de serviços administrativos	879,80	913,42	1.062,45	919,22
	Trabalhadores dos serviços	481,06	559,85	717,00	549,58
	Vendedores e prestadores de serviço do comércio	544,21	659,49	831,37	639,53
	Trabalhadores agrícolas	220,86	272,10	348,86	270,92
	Trabalhadores da produção de bens e serviços	709,92	808,27	1.065,24	809,58
	Membros das forças armadas e auxiliares	1.945,44	2.138,90	2.587,31	2.123,96
<b>Diferencial (%)</b>	Dirigentes em geral	62,9	53,2	61,8	53,4
	Profissionais das ciências e das artes	67,8	61,6	56,8	58,8
	Técnicos de nível médio	58,3	51,6	51,5	52,8
	Trabalhadores de serviços administrativos	28,2	24,3	24,7	25,8
	Trabalhadores dos serviços	33,1	28,3	26,1	27,5
	Vendedores e prestadores de serviço do comércio	60,5	47,4	51,4	49,8
	Trabalhadores agrícolas	106,4	102,3	125,9	108,3
	Trabalhadores da produção de bens e serviços	36,7	34,8	24,3	32,8
	Membros das forças armadas e auxiliares	17,5	7,3	17,3	13,6
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).					

### 1.3 – Apontamentos finais

A partir dos anos 50, o processo de modernização por que passou o Brasil teve consequências importantes para o mercado de trabalho. O acelerado processo de urbanização trouxe consigo a complexificação da estrutura de classes e a generalização do trabalho assalariado nas cidades. Dessa forma, a população preta e parda se viu diante de novos desafios para se inserir nas ocupações tipicamente urbanas, desafios que perduram até os dias atuais.



Vimos, porém, que o período que vai de 2002 até 2012 foi razoavelmente favorável para a população preta e parda, no que tange à redução das desigualdades no mercado de trabalho. Desde 2002 tem crescido o peso dos pretos e pardos dentro da PEA ocupada, simultaneamente a uma redução na taxa de desemprego, aumento no peso relativo dos trabalhadores ocupados em posições formais e crescimento do percentual de tipos de ocupação que exigem maior nível de escolarização e que pagam melhores salários no interior da PEA preta e parda. Nesse caso, porém, os pretos e pardos aparentemente apenas acompanharam uma tendência verificável para o conjunto do mercado de trabalho.

O dado mais interessante é a redução das assimetrias de rendimento entre brancos e negros, em quase todos os níveis de desagregação por posição na ocupação, escolaridade e grupamentos ocupacionais. Porém, é importante salientar que, por mais que tenham se reduzido, as assimetrias de cor ou raça ainda são significativamente elevadas, principalmente em posições de prestígio mais elevado e que exigem maior nível de escolarização. No caso de alguns tipos de ocupação mais vulneráveis, como os que não possuem escolaridade e os trabalhadores agrícolas, a desigualdade no rendimento chegou até a aumentar.

Traçado este panorama, passaremos agora ao estudo da questão específica do emprego industrial e da inserção dos negros neste tipo de atividade.

## **CAPÍTULO 2 – TRAJETÓRIA DA INDÚSTRIA E DO EMPREGO INDUSTRIAL NO BRASIL**

### **2.1 – Industrialização e Formação do Mercado de Trabalho Industrial**

#### **2.1.1 – Da República Velha à Revolução de 30**

Embora a economia brasileira do início da república tivesse um perfil basicamente primário-exportador, isso não significa a ausência completa de indústria. Embora não houvesse qualquer um esforço estatal deliberado no sentido de promover a industrialização<sup>5</sup>, uma conjunção de fatores levou a um paulatino processo de implantação de uma indústria leve de bens de consumo não duráveis (basicamente vestuário, têxtil, alimentos e bebida), que mesmo antes da década de 30 já se mostrava no caminho do crescimento (Cano, 1994; Bonelli, 1996). Porém, a competição com os bens importados de qualidade superior restringia o mercado para os produtos brasileiros<sup>6</sup>.

É importante também citar o fato de que a economia brasileira ainda era basicamente centrada no campo. Dessa forma, se à época da abolição já era discutida a questão da baixa oferta de mão de obra para o trabalho na agricultura (Furtado, 1959), é de se imaginar que a mão de obra empregada nos setores de subsistência não fosse suficiente para suprir também a indústria. Dessa forma, a maior parte da população permaneceu no campo e se manteve empregada em setores de subsistência (ibidem, 1959) ao passo que a mão de obra industrial foi basicamente suprida pela importação de imigrantes, vide o caso paulista já mencionado no primeiro capítulo.

---

<sup>5</sup> Essa afirmação não foge de cair em certa polêmica, na qual não entrarei. A discussão sobre a industrialização na República Velha pode ser vista na obra clássica de Suzigan (1986).

<sup>6</sup> O que em parte explica lentidão na evolução da indústria de bens de consumo e dificultando, pela utilização das divisas de importação brasileira na compra de bens de consumo “de luxo”, a importação de bens de capital necessários para a construção de indústrias mais modernas (Dean, 1985).

### 2.1.2 – Da Era Vargas ao Milagre

A eclosão da crise mundial em 1929 e a consequente restrição externa em decorrência do momento vivido pelos mercados americanos e europeus mudou esse cenário. De fato (Cano, 1994), não é mais possível a partir de 1933 definirmos a economia brasileira como agrário-exportadora. Nas palavras de Furtado (1959), há um “deslocamento no centro dinâmico” da economia brasileira em direção à indústria. Durante o período da “Era Vargas”, o Estado passa a adotar uma política econômica que visava à recuperação da economia cafeeira e o alívio das restrições externas em decorrência da falta de divisas. Essa política, de caráter anticíclico, teve o mérito de iniciar um novo ciclo de industrialização no país<sup>7</sup>. A indústria de bens de consumo não duráveis tem uma nova fase de alta, e ao longo dos anos 30 e 40 se consolida e se amplia ao longo dos anos 50 e 60.

Os efeitos dessa nova fase na economia brasileira foram sensíveis no que tange à formação do mercado de trabalho industrial. Segundo Cano (1994), a urbanização se deu de forma muito rápida entre os anos de 1940 e 1960, com a população residente nas cidades crescendo em 4,9 milhões de pessoas, contra 2,9 milhões de novas pessoas no campo, com a população urbana atingindo 45% da população do país. Embora o maior crescimento da PEA ocupada tenha se dado no setor de serviços, a aglomeração urbana tem efeitos positivos sobre a oferta potencial de mão de obra, funcionando como uma espécie de “exército industrial de reserva”<sup>8</sup>.

Cabe ainda lembrar o que segundo Draibe (1985) é um dos principais vetores para explicar o processo de industrialização no Brasil, com a construção de um arcabouço institucional capaz de permitir um processo de industrialização dirigido pelo Estado. Datam dessa época mudanças legislativas que garantem o monopólio estatal de uma série de recursos naturais (Código de Águas e Minas de 1934) e de instrumentos de administração e burocracia mais “racionais” como o Departamento Administrativo do

---

<sup>7</sup> Também a discussão sobre a intencionalidade ou não do Estado em promover a indústria já foi objeto de debate. Autores como Furtado (1959) não acreditam que a política do governo tenha sido deliberada, sendo a industrialização apenas um reflexo da política de recuperação do café. Já Fonseca (2003) defende que o governo agiu tendo como um dos objetivos a industrialização do país via substituição de importações.

<sup>8</sup> Marx (1871).

Setor Público (DASP, 1938). Para os nossos propósitos, a mais importante ação do governo nesse sentido foi a paulatina instituição de direitos trabalhistas, materializados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, estabelecendo os direitos e deveres do trabalhador urbano e consolidação a organização do mercado de trabalho em moldes capitalistas.

A partir da década de 40 aparecem também os primeiros investimentos em bens de consumo duráveis, insumos industriais e bens de capital, principalmente por parte das novas propostas institucionais do setor público, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), criada em 1941 (Ianni, 1971). A indústria pesada de bens de capital, porém, só iria de fato se fortificar a partir de 1956, com o lançamento do chamado “Plano de Metas” do presidente Juscelino Kubitschek (1956-61). Nesse período, frutificam as indústrias de materiais de transporte e de bens de capital, simultaneamente a um crescimento acelerado da inflação e da dívida externa. Esses dois fatores foram preponderantes na estagnação do crescimento a partir de 1961 e a redução no ritmo de crescimento da indústria, só retomado a partir do final da década de 60. Nesse período, houve um vigoroso crescimento da indústria de bens de consumo duráveis. Nesse contexto, a economia brasileira passa por um processo de mudança estrutural, transitando para um modelo de crescimento liderado pelo setor industrial, o que tem como uma das consequências o aprofundamento permanente da dependência externa em relação à importação de bens de capital e insumos industriais (em especial de petróleo) (Hermann, 2011).

Com relação ao mercado de trabalho, há um aprofundamento do processo de urbanização ao longo dos anos 60 e 70. Como citado anteriormente, já em 1970 a população brasileira era mais urbana que rural. Entre outros efeitos, essa situação acabou por saturar as condições de vida nas principais metrópoles do país (notadamente Rio de Janeiro e São Paulo). O inchamento das grandes cidades, entre outros fatores, acaba por desencadear um processo de descentralização da estrutura produtiva, aliviando também com isso a intensidade do fluxo interior/metrópole e iniciando um processo de expansão do mercado de trabalho no interior (Cano, 1994).

### **2.1.3 – Do II PND ao Neoliberalismo**

A década de 70 assistiu ao que Tavares (1977) chama de “auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil”. Com a crescente demanda por insumos para a indústria, o primeiro choque do petróleo<sup>9</sup> (1973) tornou necessário um ajuste estrutural de forma a reduzir a dependência do país em relação ao exterior. O segundo Programa Nacional de Desenvolvimento (II PND), iniciando o processo de investimento nos ramos industriais mais dinâmicos da economia brasileira, com destaque para os metais não ferrosos e as indústrias química e petroquímica.

A partir dos anos 80 e a mudança na conjuntura internacional a partir do segundo choque do petróleo e elevação súbita da taxa de juros americana (ambos em 1979), a crise externa “postergada” pela opção de reforma estrutural do II PND se manifestou, tornando impossível a continuidade do investimento na indústria. No início da década de 80, porém, houve um relativo crescimento da indústria em razão da maturação dos projetos iniciados no II PND (Souza e Castro, 1985). Embora estivesse praticamente montada a partir de meados dos anos 80, a indústria estagnou a partir dessa época. Pelos dados das Contas Nacionais<sup>10</sup>, a participação da indústria de transformação no valor adicionado total sobe de 33,7% em 1980 para 35,9% em 1985, mas cai para 33,4 pontos percentuais em 1988.

Ainda no final dos anos 70, Tavares (1977) já alertava para a queda da participação do emprego na indústria, atribuindo esta queda à generalização de métodos de produção menos trabalho-intensivo e ao aumento da produtividade na indústria. De fato, ao longo dos anos 80, a participação da PEA ocupada no setor secundário entra em declínio. Em 1980, esta representava 15,5% do total de ocupados, caindo respectivamente para 14,6 e 13,9 pontos percentuais em 1985 e 1988.

A tabela 2.1 tira uma radiografia do peso de cada grande grupo industrial dentro da produção industrial brasileira em 1920 e 1990.

---

<sup>9</sup> Entre outros fatores, tal como o espantoso crescimento da dívida externa no período do Milagre (1968-73).

<sup>10</sup> Fonte: IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/>).

<b>Tabela 2.1 - Distribuição percentual da produção de cada tipo de indústria em relação à produção industrial total</b>		
	1920	1990
<b>Tradicionais</b>	<b>90</b>	<b>39</b>
Vestuário e Têxtil	33	9
Alimentos e Bebidas	42	23
<b>Dinâmicas-A</b>	<b>9</b>	<b>43</b>
Metalurgia	3	13
Química	2	22
<b>Dinâmicas-B</b>	<b>1</b>	<b>18</b>
Mecânica	0	6
Material Elétrico	0	5
Mat. Transporte	1	6
Fonte: Bonelli (1996)		

Em relação ao mercado de trabalho, nas palavras de Cano (1994):

“Os efeitos de um crescimento industrial praticamente nulo na década foram graves para o emprego de mão de obra, com acentuada diminuição do emprego formal, deterioração dos salários e maior rotatividade, muito mais como decorrência da crise do que de introjeção tecnológica mais intensa.”

#### **2.1.4 – Ascensão neoliberal e o emprego industrial nos anos 90**

A crise da indústria brasileira torna-se ainda maior na década de 90, após a ascensão das doutrinas neoliberais preconizadas pelo “Consenso de Washington”. O processo de abertura externa, a financeirização e as novas diretrizes de política econômica resultaram em um fraco crescimento do produto. Evidentemente, o cenário recessivo tomado em conjunto afetou negativamente a totalidade da indústria brasileira. Em particular, o processo de abertura externa formulado com o objetivo de expor a indústria brasileira à concorrência externa, conjugado com a forte apreciação real do câmbio, acabou por gerar o crescimento das importações de diversos tipos de bens industriais, tais como autopeças, bens de consumo e automóveis.

No que se refere ao emprego, estudo de Sabóia (1999) aponta ainda para um fenômeno importante acontecido ao longo dessa década. Os efeitos da recessão decorrentes da ascensão neoliberal ao longo da década de 90 sobre a indústria teve como uma das suas consequências uma redução do tamanho dos estabelecimentos

industriais e consequentemente da mão de obra empregada, uma tendência particularmente sentida nos ramos mais modernos da indústria. Essa redução no contingente de mão de obra empregada coincide com a implantação de novos métodos de gestão que possibilitaram o aumento da produção mesmo diante de reduções nas plantas.

Ainda segundo este autor (Sabóia, 2004), outros fatores colaboraram para o desempenho ruim do emprego industrial na década de 90, como a guerra fiscal entre os Estados da federação<sup>11</sup>, responsável pela realocação das plantas industriais para regiões onde existe um amplo contingente de mão de obra barata. Dessa forma, além da baixa geração de empregos, os que foram gerados ainda eram basicamente de baixa remuneração.

Segundo Marquetti (2002), a população empregada na indústria de transformação em relação à PEA passa de 13,9% em 1990 para 12,4% em 1995.

O processo iniciado durante a década de 90 continuou durante os anos que se seguiram, com redução das tarifas alfandegárias, integração dos mercados mundiais e a consequente globalização da produção. É simbólico que o próprio presidente do país a partir de 1994, Fernando Henrique Cardoso, tenha decretado em seu discurso de posse o “fim da era Vargas”. De fato, a partir do processo iniciado por Fernando Collor de Mello em 1990, encerrou-se o projeto desenvolvimentista tal qual vigente nas décadas de 50, 60 e 70 por parte do Estado brasileiro. (Medeiros, 2010).

## **2.2 – Desindustrialização, expansão salarial e o cenário atual do emprego industrial**

A caracterização do cenário atual do emprego industrial e seus impactos sobre os grupos de cor ou raça não pode prescindir da apresentação de dois condicionantes. O primeiro é o processo que se iniciou desde os anos 80 de queda do peso relativo do setor industrial dentro da economia brasileira, inclusive em relação ao emprego de mão de

---

<sup>11</sup> Sobre o assunto, ver Piancastelli et al. (1996).

obra. Esse cenário se amplificou nos anos 90 a partir da liberalização comercial e financeira, que reverteu em parte o processo de “substituição de importações” em voga desde os anos 30 (Gonçalves, 2011).

Em segundo lugar, temos a partir de 2004 uma reversão da política salarial praticada ao longo dos anos 90 de desvalorização do salário mínimo real. Essa circunstância tem efeitos significativos para o mercado de trabalho como um todo, inclusive o setor industrial. O crescimento do mínimo chama ainda mais a atenção pelo fato de este ter tido alguns efeitos que vão na direção contrária dos postulados pela literatura, a saber, um aumento da formalização e uma redução na taxa de desemprego. Soma-se a isso uma elevação constante do rendimento real médio do trabalhador, principalmente daqueles que recebem um valor próximo ao do salário mínimo (Sabóia, 2009).

### **2.2.1 – Conjuntura econômica no período 2002-2012**

Procurarei aqui apresentar de forma resumida as características básicas do período 2002-2012, de forma a tentar conjugar as transformações ocorridas na década com a questão do emprego industrial. As interpretações acerca da política econômica e dos principais resultados desse período de fato não poderiam escapar de um debate acalorado, com os analistas apresentando visões radicalmente distintas<sup>12</sup>. Dessa forma, tentarei me ater mais à apresentação dos dados que às possíveis interpretações de resultados econômicos.

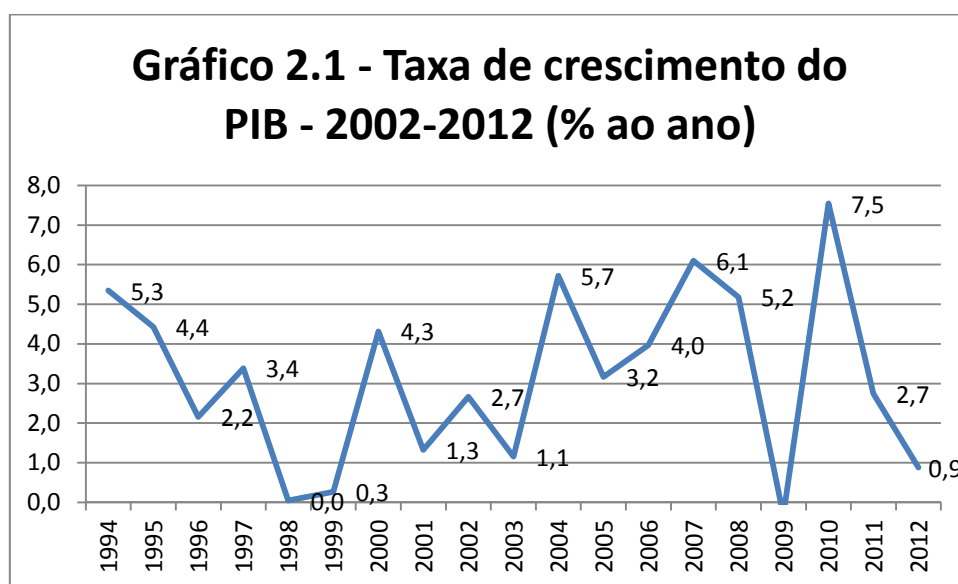
Podemos elencar pelo menos três fases dentro desse período. Na primeira, que vai de 2003 até 2005, o governo buscou manter políticas fiscal e monetária semelhantes à do governo anterior. Isso significa que os gastos governamentais foram contidos e as taxas de juros mantidas em níveis altos com o intuito de frear as pressões inflacionárias decorrentes da desvalorização cambial do ano anterior. A partir de políticas restritivas, o ano de 2003 foi de baixo crescimento econômico, que só foi retomado a partir de 2004 (ver gráfico 1.1).

---

<sup>12</sup> Vide Barbosa (2011), Giambiagi (2011) e Gonçalves (2011).



Para nossos propósitos, porém, o processo mais importante dessa fase foi o início de algumas políticas sociais, que se iniciaram com o chamado “Fome Zero” e depois com o Bolsa Família, que visava garantir manutenção de uma renda mínima, além de estabelecer metas para incentivar a educação dos filhos dos beneficiários. Simultaneamente, pode ser verificado um aumento vigoroso do salário mínimo a partir de 2004, com reajustes quase sempre acima da inflação, que permaneceu em níveis baixos<sup>13</sup>. A interação entre esses dois processos foi fundamental para o aumento relativo do rendimento real do trabalho de forma contínua desde então.



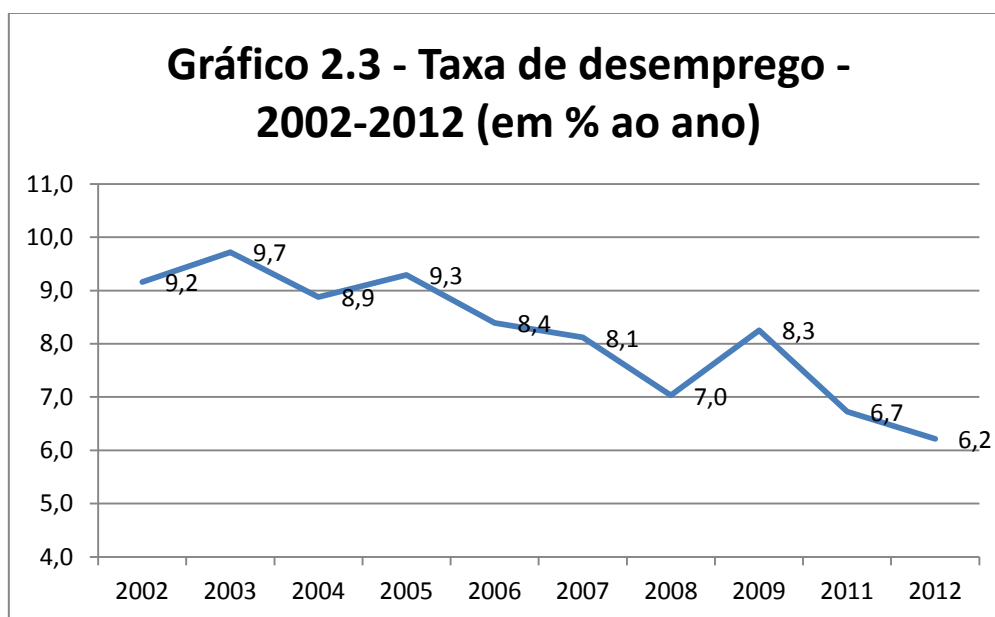
Fonte: Ipeadata (<http://www.ipeadata.gov.br/>).



<sup>13</sup> Pelo IPCA, a inflação média do período ficaria em 6,5% se levarmos a ano de 2002 em conta. Tomando apenas 2003, teríamos um valor médio de 5,9%.

Fonte: Ipeadata (<http://www.ipeadata.gov.br/>).

A segunda fase vai de 2006 até 2008, momento no qual se observa uma efetiva mudança na política econômica do governo, que passou a praticar políticas fiscal e monetária expansivas, acelerando a trajetória de crescimento do produto (Barbosa, 2011). Novamente, para nossos propósitos, o mais importante dado a apresentar é o crescimento acelerado da taxa de ocupação da PEA, com a criação de 4,3 milhões de empregos formais (ibidem, 2011). Tal desempenho da economia resultou em taxas de desemprego recordes, passando de 9,7% em 2003 para 7% em 2008, chegando a incríveis 6,2%, segundo os dados da PNAD, que podem ser observados no gráfico 3. A criação de postos de trabalho e a maior taxa de ocupação combinadas com a constante elevação do salário mínimo real são fundamentais para explicar uma elevação tão expressiva do rendimento real do trabalho, devido aos seus efeitos sobre o poder de barganha relativo dos trabalhadores em relação aos patrões (Medeiros, 2005).



Fonte: Microdados da PNAD

A terceira fase, que vai de 2008 até 2012, se inicia a partir da crise do *subprime*, originada nos Estados Unidos e posteriormente irradiada para o resto dos países desenvolvidos, em especial para a Europa. O Brasil, diferentemente do que aconteceu em episódios anteriores de crises internacionais, não passou por uma grande crise

externa<sup>14</sup>. Podemos, porém, observar uma sensível queda na taxa de crescimento do PIB em 2009, bem como a elevação da taxa de desemprego no país.

No ano seguinte, o produto cresceu a uma taxa elevada, de 7,5%. Posteriormente, porém, a partir do momento em que o novo governo da presidente Dilma Rousseff assume, o país tem mantido taxas de crescimento abaixo das expectativas dos agentes econômicos. Apesar disso, a taxa de desemprego retomou sua trajetória de queda.

### **2.2.2 – Valorização do piso salarial**

Os estudos sobre os efeitos de aumentos do salário mínimo sobre o mercado de trabalho possuem um razoavelmente consenso em apontar este como redutor do nível geral de ocupação (Ulyssea e Foguel, 2006). Como observado no gráfico 2.3, ainda que seja preciso uma análise mais complexa, com a instituição, por exemplo, de grupos de controle para isolar os efeitos de outras variáveis, o fato é que o período 2002-2012 teve uma ocorrência simultânea de aumento do salário mínimo real e aumento do grau de ocupação da força de trabalho.

Outro fato estilizado bastante comum nos estudos sobre o salário mínimo é que o seu aumento geraria uma tendência à transição dos trabalhadores, principalmente os que estão em posições mais precárias, de migrar do setor formal da economia para o informal (Neri, 1997). Isso ocorreria devido ao aumento dos custos de produção das empresas e outras fontes de emprego com carteira assinada, que as forçaria a contratar um número menor de trabalhadores ou utilizar mão de obra terceirizada. Essa visão não é consensual entre os analistas. O estudo de Foguel (1998), por exemplo, chega a propor que há até mesmo uma redução da informalidade em resposta a um aumento do salário mínimo, ainda que pequena.

---

<sup>14</sup> A caracterização da vulnerabilidade externa brasileira não faz parte dos objetivos desse trabalho. É um fato, porém, que a crise de 2008-09 não causou uma restrição de Balanço de Pagamentos para o Brasil. Barbosa (2011) oferece uma explicação otimista, baseada na acumulação de reservas internacionais por parte do governo brasileiro. Já Gonçalves (2011) oferece um contraponto a essa visão, argumentando que a elevação do passivo externo líquido torna uma crise externa iminente.

O que assistimos para o período elencado foi uma redução bastante significativa da informalidade simultaneamente ao aumento do mínimo. Sabóia (2009), estudando a evolução do salário mínimo e seus efeitos sobre o nível de emprego e sobre o rendimento médio para o período 1997-2007 afirma que:

“os resultados aqui encontrados contradizem ensinamentos do pensamento econômico ortodoxo, que usualmente argumenta contra aumentos do salário mínimo, na medida em que causariam desemprego e crescimento da informalidade. No período analisado ocorreu exatamente o movimento inverso, pois a forte elevação do salário mínimo coincidiu com o aumento da formalização das relações de trabalho e redução do desemprego, especialmente nos últimos cinco anos.” (Sabóia, 2009, p.16)

Como pudemos observar na seção 1.2 e observaremos no próximo capítulo, há uma tendência de redução das assimetrias de rendimento entre os grupos de cor ou raça. Dessa forma, como o aumento salário mínimo tem efeitos positivos sobre os rendimentos daqueles que recebem uma remuneração próxima ao seu valor (Fajnzylber, 2001), principalmente para aqueles que estão no setor formal da economia (Sabóia, 2009), este aparece como um fator preponderante para explicar a significativa redução das assimetrias entre os grupos de cor ou raça no período. Isto porque os trabalhadores pretos e pardos passaram por um acelerado processo de formalização (ver tabela 1.8) e tem boa parte de sua população recebendo salários próximos ao valor do mínimo.

### **2.2.3 – Desindustrialização e perda de peso relativo do emprego industrial**

A crise dos anos 80 e as mudanças por que passou a economia brasileira desde as reformas dos anos 90 afetaram severamente a indústria de transformação. Sobre esse ponto alguns especialistas (Oreiro e Feijó, 2011; Gonçalves, 2011) alertam para os efeitos perversos que esse processo tem para a economia. Ambos os autores apontam para uma progressiva redução da participação da indústria de transformação no valor adicionado e do emprego industrial no total do emprego, o que segundo Tregenna (2009), caracterizam um processo de “desindustrialização” em curso<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> É importante deixar claro que o processo em questão diz respeito à queda da participação da indústria no valor adicionado e no emprego, e portanto é perfeitamente compatível com o crescimento da indústria e do emprego industrial, desde que estes não sejam maiores respectivamente que o crescimento do PIB e da PEA ocupada.

É importante salientar que a queda de participação da indústria no PIB é, aparentemente, um movimento natural que decorre do crescimento e amadurecimento das economias capitalistas. As economias desenvolvidas do “centro” desde os anos 70 começaram a sentir a perda de importância do setor industrial em detrimento do setor de serviços. A questão colocada tanto por Oreiro e Fejó (2011) quanto Gonçalves (2011) é o que o Brasil estaria passando por esse processo precocemente, e portanto sem explorar todas as possibilidades de crescimento da indústria. É notório que, de fato, a indústria tem crescido de maneira inferior ao crescimento do PIB, bem como ao crescimento de outros ramos de atividade (ver tabela 2.2).

<b>Tabela 2.2 - Valor adicionado real por ramos de atividade selecionados (Número-índice, crescimento em relação a 2002), 2002-2010.</b>									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>PIB</b>	100,0	101,1	106,9	110,3	114,7	121,7	127,9	127,1	136,6
<b>Agropecuária</b>	100,0	105,8	108,3	108,6	113,8	119,3	126,6	120,8	128,6
<b>Mineração</b>	100,0	104,7	109,2	119,3	124,6	129,1	133,7	132,3	153,0
<b>Indústria de Transformação</b>	100,0	101,9	110,5	111,9	112,9	119,3	122,8	112,7	123,6
Fonte: Gonçalves (2011).									

Quando olhamos os indicadores de emprego, temos uma relação menos evidente de que de fato existe um processo de desindustrialização em curso. Da tabela 2.3, vemos que de fato há uma redução do peso dos ocupados na indústria de transformação dentro da PEA ocupada total. O processo é menos evidente porque de fato não se pode verificar uma tendência de queda no peso da PEA ocupada na indústria de transformação. A única redução significativa ocorre durante o período 2009-2011, durante o qual se puderam sentir os efeitos da crise econômica iniciada em 2008.

Já na tabela 2.4 vemos que além de ter se reduzido pouco, a PEA ocupada na indústria tem se tornado mais escolarizada. De fato, a redução no peso desta só pode ser atribuída à queda de participação dos três estratos educacionais mais baixos (aqueles com no máximo oito anos de estudo). Para os trabalhadores com maior nível educacional, houve aumento significativo do seu peso dentro da PEA ocupada na indústria de transformação.

Tabela 2.3 - Composição da PEA ocupada por ramos de atividade selecionados. (%)											
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
<b>PEA ocupada</b>	Agricultura	20,7	20,8	21,2	20,7	19,6	18,6	17,6	17,1	15,7	14,5
	Indústria de Transformação	13,5	13,6	13,8	14,2	14,0	14,4	14,4	13,8	12,6	13,2
	Outras Indústrias	7,8	7,3	7,1	7,3	7,4	7,6	8,3	8,3	9,2	9,5
	Serviços	51,1	51,2	50,8	50,9	51,6	52,0	51,8	52,8	53,7	54,0
	Atividades mal definidas	6,9	7,1	7,0	7,0	7,4	7,5	7,9	7,9	8,8	8,8
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).											

Tabela 2.4 - Composição da PEA ocupada na indústria transformação por faixas de anos estudo. (%)				
		2002	2007	2012
<b>PEA Total</b>	Sem Instrução	5,2	4,5	3,3
	1 a 4 anos	22,3	17,1	11,8
	5 a 8 anos	32,2	28,9	25,2
	9 a 11 anos	31,5	39,4	45,2
	12 a 14 anos	3,7	4,5	6,8
	15 ou mais	5,1	5,5	7,7
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).				

Em relação à trajetória do emprego industrial para os grupos de cor ou raça, um dado curioso aparece. A redução do peso do emprego industrial dentro da PEA total se dá quase que exclusivamente por conta da redução deste dentro da PEA branca. Para a PEA preta e parda, o peso relativo da indústria de transformação permaneceu basicamente o mesmo entre 2002 e 2012. Para ambos os grupos, o peso relativo da indústria de transformação só começa a cair em 2008, possivelmente como resposta à crise mundial. Entre 2011 e 2012, há uma considerável melhora para ambos os grupos. Pela tabela 2.6, vemos que os grupos de cor ou raça acompanham o movimento acontecido na PEA total em direção a uma maior escolarização.

A tabela 2.7 mostra de maneira mais clara que o período 2002-2012 foi de criação de empregos na indústria, principalmente de empregos que exigem um nível maior de escolarização, enquanto os de menor escolaridade têm diminuído vigorosamente. A tabela 2.8 mostra o aumento real do rendimento do trabalho na indústria, principalmente entre os trabalhadores de menor escolaridade. Entre os de maior escolaridade, em especial para os brancos, há até uma redução do rendimento real do trabalho. De fato, esse efeito tem uma possível explicação no fato de que o aumento do salário mínimo (segundo Fajnzylber, 2001), tem como um de seus efeitos a compressão do leque salarial em torno de seus valores médios.

Tabela 2.5 - Composição da PEA ocupada por cor ou raça e ramos de atividade selecionados. (%)											
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
<b>Branços</b>	Agricultura	16,4	16,1	16,2	16,0	15,0	14,3	13,8	13,1	12,1	11,1
	Indústria de Transformação	15,3	15,4	15,8	15,7	15,5	16,0	15,9	15,6	14,0	15,0
	Outras Indústrias	6,6	6,3	6,1	6,2	6,2	6,2	6,8	6,8	7,3	7,5
	Serviços	53,3	53,5	53,4	53,6	54,3	54,4	53,8	54,9	55,8	55,5
	Atividades mal definidas	8,4	8,6	8,5	8,4	9,0	9,2	9,8	9,6	10,7	10,9
<b>Pretos e Pardos</b>	Agricultura	25,9	26,2	26,7	25,6	24,4	23,0	21,4	21,1	19,1	17,6
	Indústria de Transformação	11,4	11,5	11,6	12,5	12,4	12,8	12,9	12,1	11,3	11,6
	Outras Indústrias	9,3	8,5	8,3	8,4	8,6	9,0	9,8	9,7	10,9	11,4
	Serviços	48,4	48,6	48,0	48,1	48,8	49,5	49,9	50,8	51,8	52,6
	Atividades mal definidas	5,0	5,3	5,3	5,5	5,8	5,8	6,0	6,2	7,0	6,9

Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela 2.6 - Composição da PEA ocupada na indústria transformação por cor ou raça e faixas de anos estudo. (%)				
		2002	2007	2012
<b>Branços</b>	Sem Instrução	3,2	2,9	2,2
	1 a 4 anos	19,8	14,8	10,0
	5 a 8 anos	31,5	27,2	22,9
	9 a 11 anos	33,2	40,8	45,1
	12 a 14 anos	4,9	6,0	8,5
	15 ou mais	7,4	8,3	11,4
<b>Pretos e Pardos</b>	Sem Instrução	8,5	6,7	4,5
	1 a 4 anos	26,2	20,1	14,0
	5 a 8 anos	33,4	31,1	28,0
	9 a 11 anos	28,7	37,7	45,4
	12 a 14 anos	1,7	2,7	4,9
	15 ou mais	1,5	1,9	3,2

Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela 2.7 - Taxa de crescimento do número de pessoas ocupadas na indústria de transformação por cor ou raça e faixas de anos de estudo. (%)			
		2002-2007	2007-2012
<b>Branços</b>	Sem Instrução	-1,8	-26,7
	1 a 4 anos	-17,4	-37,0
	5 a 8 anos	-4,3	-21,3
	9 a 11 anos	36,1	3,5
	12 a 14 anos	33,9	32,3
	15 ou mais	25,0	27,9
<b>Pretos e Pardos</b>	Sem Instrução	10,1	-31,6
	1 a 4 anos	6,9	-29,4
	5 a 8 anos	29,9	-8,8
	9 a 11 anos	83,3	21,8
	12 a 14 anos	121,4	82,5
	15 ou mais	69,0	75,8
<b>Total</b>	Sem Instrução	5,6	-29,9
	1 a 4 anos	-6,5	-33,1
	5 a 8 anos	9,3	-15,4
	9 a 11 anos	52,6	11,2
	12 a 14 anos	49,3	45,4
	15 ou mais	30,1	35,0
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).			

Tabela 2.8 - Rendimento Médio Real da PEA ocupada na indústria transformação por cor ou raça e faixas de anos estudo. (em R\$, set / 12 - INPC)				
		2002	2007	2012
<b>Branços</b>	Sem Instrução	546,04	607,73	976,50
	1 a 4 anos	791,22	856,59	1000,07
	5 a 8 anos	887,76	960,76	1046,87
	9 a 11 anos	1332,40	1280,30	1446,58
	12 a 14 anos	2482,84	2118,55	2134,67
	15 ou mais	5316,04	4681,72	4280,89
<b>Pretos e Pardos</b>	Sem Instrução	405,38	476,06	677,40
	1 a 4 anos	545,10	631,95	786,87
	5 a 8 anos	693,97	743,97	904,07
	9 a 11 anos	901,44	974,68	1123,73
	12 a 14 anos	1867,60	1615,86	1768,64
	15 ou mais	3075,96	3141,45	3056,33
<b>Pretos e Pardos</b>	Sem Instrução	459,34	522,72	786,96
	1 a 4 anos	680,12	740,59	884,02
	5 a 8 anos	811,03	858,68	974,61
	9 a 11 anos	1181,84	1152,25	1298,35
	12 a 14 anos	2375,90	1986,52	2014,86
	15 ou mais	5054,03	4453,85	4039,83
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).				

## 2.3 – Apontamentos finais



Vimos portanto que a trajetória da inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho proporcional um processo de industrialização retardatária. É somente a partir dos anos 30 que os governos nacionais iniciam uma política deliberada de construção de uma manufatura local, política essa que atingiu seu ápice nos anos 70 com o II PND. A partir dos anos 80, a indústria entra em um período de estagnação, e com a ascensão neoliberal dos anos 90 e as novas diretrizes de política econômica implantadas desde então começa paulatinamente a perder importância entre as atividades econômicas do país, perdendo participação no PIB no que é denunciado como um processo de “desindustrialização” em curso desde os anos 80.

É no bojo dessas transformações na economia brasileira que aparece a questão da formação de um mercado de trabalho para a indústria. Vimos que o processo de industrialização foi ao menos em parte responsável pelo acelerado processo de modernização e urbanização em curso principalmente a partir dos anos 50, a partir do qual a sociedade brasileira tornou-se majoritariamente urbana. Somente à luz desse processo é que poderemos analisar de forma mais acurada a participação da população preta e parda no interior do emprego industrial. Vimos no primeiro capítulo que esse importante segmento da população brasileira se inseriu de maneira diferenciada em relação aos brancos nos processos pelos quais passou a economia brasileira ao longo de sua história, e essa afirmação se aplica ao emprego industrial.

### **CAPÍTULO 3 – EVOLUÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL SEGUNDO A COR OU RAÇA (2002-2012)**

Utilizaremos os conceitos e processos descritos até aqui para analisar a inserção dos dois grupos de cor ou raça majoritários da sociedade brasileira na indústria transformação. Parte-se do princípio de que o país passa a experimentar um novo ciclo econômico a partir dos primeiros anos do século XXI, no qual se coaduna à trajetória da indústria brasileira um processo de redução nas assimetrias de cor ou raça, representadas pelos indicadores apresentados no primeiro capítulo.

A evolução histórica da inserção dos pretos e pardos no emprego industrial ocorre de maneira semelhante ao que foi descrito para o mercado de trabalho em geral. Dessa forma, portanto, é a população branca que detém a hegemonia dentro desse setor nos princípios da industrialização (Fernandes, 1965). A população preta e parda se insere neste setor de maneira “tardia e desigual” (Hasenbalg, 1992).

Segundo Porcaro e Araújo (1988), em 1980, 22,9% da mão de obra preta e parda estava ocupada no setor secundário. Destes, 4,6% estava localizada nos ramos mais modernos da indústria de transformação. No caso dos brancos, a participação no setor secundário é de 25,8% da PEA, sendo que destes 7,9 pontos percentuais estava nos ramos modernos. Os dados podem ser vistos na tabela 3.1.

<b>Tabela 3.1 - Composição da PEA ocupada por cor ou raça e ramos de atividade, 1980 (em %).</b>		
	<b>Branco</b>	<b>Pretos e Pardos</b>
Primário	23,8	38,1
Secundário	25,8	22,9
Ind. Dinâmicas	7,9	4,6
Ind. Tradicionais	10,3	8,2
Outros	7,6	10,1
Terciário	50,4	39,0
Fonte: Porcaro e Araujo (1988), dados do Censo Demográfico de 1980.		

Segundo Hasenbalg (1992), já em 1988 há uma ultrapassagem desse grupo em relação aos brancos em relação à sua participação entre os trabalhadores manuais na indústria de transformação. Naquele ano, segundo a PNAD, 12,9% dos brancos eram operários industriais, contra 13,3% para os pretos e pardos. O autor relaciona essa

mudança a duas circunstâncias principais. Primeiro, cita a própria queda do emprego industrial em relação ao total da ocupação, em resposta à crise dos anos 80. Além disso, baseado no trabalho de Andrews (1991), sugere que “a competição para o acesso às ocupações de maior status social se deslocou para os empregos dos estratos não manuais” (Hasenbalg, 1999, p. 21).

O autor aponta ainda a persistência de uma maioria de trabalhadores manuais brancos nas indústrias mais modernas, com os pretos e pardos predominando nas tradicionais. É esse aspecto da divisão social do trabalho será abordado neste capítulo. Partiremos do pressuposto de que, além de ter sido absorvido no operariado industrial de forma “tardia e desigual” (Hasenbalg, 1992), o negro esteve quase sempre em desvantagem em relação à participação nos ramos industriais mais modernos. Após uma breve exposição metodológica e uma caracterização da distribuição da PEA pelos ramos de atividade e industriais, analisaremos a evolução para o período recente (2002-2012) da participação dos grupos de cor ou raça dentro dos tipos de indústria a partir de alguns indicadores selecionados: estratos educacionais, posição na ocupação e grupamentos ocupacionais.

### **3.1 – Aspectos metodológicos**

Utilizaremos a PNAD para analisar a inserção dos grupos de cor ou raça brancos e pretos e pardos na indústria de transformação durante o período 2002-2012, esta última dividida em dois grandes grupos: Tradicionais e Dinâmicas. Estes dois grupos foram construídos a partir dos dados da variável presente na PNAD que fornece a atividade econômica a que pertence o entrevistado, a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). A CNAE teve seus primeiros esforços de sistematização a partir dos anos 90, e somente em 2000 foi inserida pela primeira vez no Censo Demográfico do IBGE a partir da metodologia da CNAE-Domiciliar<sup>16</sup>. Só em 2002 a versão 1.0 da CNAE foi incorporada à PNAD, sendo posteriormente alterada em 2006 para a versão 2.0 (Paixão et al., 2011b) Os dados para 2002-2005 e 2006-2012

---

<sup>16</sup> Para uma caracterização específica das diferenças entre a CNAE e a CNAE-Domiciliar, ver Paixão (2011b).

foram compatibilizados, mas infelizmente a ausência da CNAE nas pesquisas anteriores a 2002 torna impossível a extensão da série.

Visto isso, utilizaremos a metodologia presente em Bacha e Mata (1973), na qual os ramos industriais podem ser agrupados em grandes grupos conforme sua taxa de crescimento em relação ao produto. Apesar de esta classificação ser baseada em um estudo da década de 60<sup>17</sup>, é possível ainda obter resultados satisfatórios a partir dela. O esquema proposto pelos autores é o seguinte:

<b>Grande Grupo</b>	<b>Tipo de Indústria</b>
Indústrias Tradicionais	Madeira, Mobiliário, Couros e Peles, Têxtil, Vestuário, Produtos Alimentares, Bebidas, Fumo e Editorial e Gráfica
Indústrias Dinâmicas-A	Minerais não-metálicos, Metalúrgica, Papel e Papelão, Borracha e Química
Indústrias Dinâmicas-B	Mecânica, Material Elétrico e de Comunicação e Material de Transporte

Para nossa análise, porém, agruparemos o grupo de indústrias “dinâmicas” em apenas um, partindo do princípio de que essas são, de fato, as indústrias mais modernas, que simultaneamente apresentam maior conteúdo tecnológico e mão de obra mais qualificada. De fato, quando observamos os dados da PNAD para os trabalhadores ocupados por faixas de escolaridade, é possível notar essa relação (tabela 3.3). Além disso, é possível notar que as indústrias dinâmicas geram maior valor adicionado por unidade de trabalho (tabela 3.2) e também possuem rendimento médio do trabalho mais elevado (tabela 3.4).

<b>Tabela 3.2 - Produto e PEA ocupada total nos diferentes grupamentos industriais - 2002-2009</b>									
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Valor Adicionado</b> (em milhões de R\$, INPC, 2009)	Dinâmicas	109.846	127.597	174.549	195.528	204.755	229.076	253.368	237.969
	Tradicionais	77.133	81.053	100.913	115.849	117.010	128.646	131.732	136.345
<b>Total da PEA ocupada</b> (em milhões de trabalhadores)	Dinâmicas	4,8	5,1	5,5	5,6	5,7	6,2	6,2	6,0
	Tradicionais	5,9	5,8	6,2	6,7	6,7	6,8	7,1	6,8
<b>Produto por trabalhador</b> (em R\$ por trabalhador)	Dinâmicas	22.981,6	25.217,3	31.996,7	34.891,8	36.123,5	37.076,9	40.842,3	39.663,5
	Tradicionais	13.132,9	14.042,0	16.264,3	17.325,0	17.372,2	19.047,5	18.590,2	19.986,5
Fonte: IBGE, microdados da PNAD e tabelas sinóticas do Sistema de Contas Nacionais. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).									

<sup>17</sup> Ver Candal (1969).

Tabela 3.3 - Composição da PEA ocupada por faixas de anos de estudo e grupo de indústria - 2002-2012 (em %)											
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
<b>Dinâmicas</b>	Sem Instrução	4,5	4,3	4,2	4,0	3,5	3,5	3,3	3,1	4,7	2,7
	1 a 4 anos	18,6	17,3	15,5	15,9	14,5	13,8	12,2	11,4	10,0	9,4
	5 a 8 anos	29,8	28,7	27,8	26,1	25,0	26,2	23,6	23,3	21,7	21,9
	9 a 11 anos	34,9	37,7	39,7	41,3	43,1	43,3	46,4	46,4	47,7	47,9
	12 a 14 anos	4,9	5,1	5,6	5,4	6,1	5,8	5,9	7,0	7,1	8,4
	15 ou mais	7,3	7,0	7,2	7,3	7,7	7,4	8,5	8,7	8,8	9,8
<b>Tradicionais</b>	Sem Instrução	5,8	5,7	5,6	6,4	5,7	5,6	5,6	4,7	6,0	3,8
	1 a 4 anos	25,1	23,5	21,9	23,1	20,9	20,0	19,0	17,8	14,1	14,0
	5 a 8 anos	34,0	33,9	32,8	31,4	31,3	31,3	29,6	28,7	28,2	28,4
	9 a 11 anos	28,6	30,2	33,3	32,4	34,6	35,8	37,5	39,5	42,1	42,6
	12 a 14 anos	2,9	3,0	3,1	3,2	3,4	3,4	3,6	4,2	4,0	5,4
	15 ou mais	3,6	3,7	3,2	3,4	4,1	3,9	4,6	5,2	5,6	5,8
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).											

Tabela 3.4 - Rendimento Médio Real do Trabalho da PEA ocupada por tipo de indústria de transformação - 2002-2012 (em R\$, set / 12 - INPC)										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
<b>Dinâmicas</b>	1.472,26	1.352,61	1.331,13	1.408,25	1.469,03	1.466,70	1.500,82	1.541,01	1.603,21	1.714,14
<b>Tradicionais</b>	894,91	830,99	799,34	798,14	916,32	920,32	954,83	958,03	1.052,70	1.113,15
<b>Total</b>	1.153,65	1.074,05	1.047,04	1.075,75	1.168,11	1.180,95	1.209,19	1.229,23	1.327,30	1.405,19
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).										

### 3.2 – Participação da PEA ocupada nos tipos de indústria

Na tabela 3.5, temos caracterizada a evolução da composição da PEA nos diferentes ramos de atividade. O percentual da PEA ocupada nas indústrias dinâmicas é mais ou menos rígido ao longo do período, variando entre 6,1 e 6,9%. A queda sofrida no período 2008-2011, como sabemos, pode ser devido à crise econômica iniciada em 2008. Vemos que apesar de esta ter reduzido o seu peso dentro da PEA total, este se manteve mais ou menos estável e voltou a crescer a partir de 2011.

Por outro lado, as indústrias tradicionais tiveram maiores problemas para manter seus trabalhadores empregados diante de crise, visto a substancial redução do peso desta dentro da PEA total em 1,1 pontos percentuais entre 2009 e 2011. Em relação aos propósitos do presente estudo, este dado é importante na medida em que é nas indústrias tradicionais que se concentram a maior parte da PEA preta e parda ocupada na indústria de transformação. Simultaneamente, há um crescimento de 1% no peso da mão de obra

total ocupada na construção civil, indicando uma possível transição para esse ramo de atividade.

A tabela 3.6 fornece o detalhamento da PEA ocupada nos ramos indústrias em relação à cor. O primeiro detalhe interessante é que o efeito negativo da crise de 2008 sobre o emprego nas indústrias dinâmicas se dá exclusivamente sobre os pretos e pardos. No período 2009-2011, chega a haver um aumento do peso do emprego nas indústrias dinâmicas para a PEA branca. Para a população preta e parda, há uma pequena queda. O segundo detalhe interessante é que de fato os dados parecem apontar um crescimento do emprego na indústria de construção civil simultaneamente a uma queda nas indústrias tradicionais no período 2009-2011. Apesar da queda do emprego nas indústrias tradicionais ser similar para ambos os grupos de cor ou raça (4% para brancos e 4,5% para pretos e pardos), a elevação do peso do emprego na indústria de construção civil é significativamente maior para os pretos e pardos, de 5,4%.

A tabela 3.7 mostra o crescimento do número total de ocupados no período por ramos de atividade com referência ao ano de 2002. Evidentemente, a partir do que foi colocado anteriormente não é possível apontar uma “migração” da população preta e parda das indústrias tradicionais para a construção civil durante 2009-2011, visto que o setor de serviços também cresce no período. Ainda assim, a coincidência entre a queda do emprego desse grupo dentro das indústrias tradicionais e o espantoso crescimento do emprego destes dentro do setor de construção civil é um dado que chama a atenção.

Cabe ainda comentar que, apesar do maior crescimento relativo da PEA preta e parda em relação à PEA branca na indústria de transformação, os primeiros ainda são minoria nesse tipo de indústria<sup>18</sup> (tanto em relação aos segmentos dinâmicos quanto em relação aos tradicionais). A evolução da participação dos grupos de cor ou raça dentro da indústria de transformação é mostrada na tabela 3.8.

Por meio dos dados da tabela 3.9, podemos passar para a análise dos rendimentos do trabalho. Como podemos ver, o diferencial de rendimentos entre os trabalhadores brancos e trabalhadores negros chegava a quase 100% em 2002,

---

<sup>18</sup> Em relação ao emprego total na indústria, os pretos e pardos se tornaram maioria apenas muito recentemente. Apesar de ultrapassar os brancos em 2008, os pretos e pardos perdem a dianteira em 2009, possivelmente como resposta à crise econômica. Porém, voltam a se tornar maioria a partir de 2011.

notadamente nas indústrias dinâmicas, à qual, como já dito, apresenta, comparativamente às indústrias tradicionais, maior rendimento médio do trabalho.

Fica claro, porém, que há uma tendência de queda das assimetrias de cor ou raça no interior da indústria transformação em ambos os tipos. Porém, à exceção dos anos de 2006 e 2008, o diferencial de rendimentos entre brancos e pretos e pardos é sempre maior nas indústrias dinâmicas, o que fornece indícios de que há uma inserção assimétrica para cada grupo também na indústria de transformação, que cresce conforme analisamos tipos de emprego que revelam um maior “status social” do trabalhador.

Há de se reconhecer, porém, que a queda nas assimetrias salariais é bastante acentuada, passando no caso das indústrias dinâmicas de 89,2% em 2002 para 52,4% em 2012. Já para as indústrias tradicionais a mudança foi bastante semelhante (mas menor), sendo o valor da assimetria de rendimento em 2012 de 51,4 contra 80,4 pontos percentuais em 2002. Como mencionado ao longo do trabalho, a evolução do salário mínimo real ao longo da década pode ser um dos principais vetores que concorrem para essa mudança, a partir do seu efeito expansivo sobre rendimento daqueles que se situam na base da estrutura ocupacional.

Tabela 3.5 - Composição da PEA ocupada por ramos de atividade, 2002-2012. ( em %)										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
<b>Primário</b>	<b>20,7</b>	<b>20,8</b>	<b>21,2</b>	<b>20,7</b>	<b>19,6</b>	<b>18,6</b>	<b>17,6</b>	<b>17,1</b>	<b>15,7</b>	<b>14,6</b>
<b>Secundário</b>	<b>21,3</b>	<b>20,9</b>	<b>20,9</b>	<b>21,4</b>	<b>21,3</b>	<b>21,9</b>	<b>22,6</b>	<b>22,1</b>	<b>21,7</b>	<b>22,7</b>
Indústria de transformação	13,5	13,5	13,8	14,1	14,0	14,4	14,4	13,8	12,6	13,2
Ind. Dinâmicas	6,1	6,3	6,5	6,5	6,4	6,9	6,7	6,5	6,3	6,4
Ind. Tradicionais	7,4	7,2	7,3	7,7	7,6	7,5	7,7	7,4	6,3	6,7
Construção civil	7,1	6,5	6,3	6,5	6,5	6,7	7,5	7,4	8,4	8,7
Outras atividades industriais	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
<b>Terciário</b>	<b>51,1</b>	<b>51,3</b>	<b>50,9</b>	<b>50,9</b>	<b>51,6</b>	<b>52,0</b>	<b>51,9</b>	<b>52,9</b>	<b>53,7</b>	<b>53,9</b>
Comércio e reparação	17,2	17,7	17,3	17,7	17,6	17,9	17,4	17,7	17,8	17,8
Alojamento e alimentação	3,7	3,6	3,6	3,6	3,8	3,7	3,9	3,9	4,9	4,8
Transporte, armazenagem e comunicação	4,7	4,6	4,6	4,5	4,5	4,8	5,0	4,8	5,5	5,6
Administração pública	4,9	5,0	5,0	4,9	5,0	5,0	4,9	5,1	5,4	5,5
Educação, saúde e serviços sociais	8,9	8,9	8,7	8,8	9,0	9,2	9,2	9,4	9,2	9,6
Serviços domésticos	7,7	7,7	7,6	7,6	7,6	7,4	7,2	7,8	7,1	6,8
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4,0	3,7	4,1	3,8	4,2	4,1	4,4	4,2	3,8	4,0
Outras atividades e atividades mal definidas	6,9	7,1	7,0	7,0	7,5	7,5	7,9	7,9	8,8	8,9
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).										

<b>Tabela 3.6 - Composição da PEA ocupada no setor secundário por cor ou raça e tipos de indústria, 2002-2012 (em %)</b>											
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
<b>Branços</b>	Indústria de transformação	69,8	70,9	72,1	71,7	71,4	72,2	70,1	69,5	65,7	66,9
	Ind. Dinâmicas	31,8	33,9	34,5	34,0	33,6	35,6	33,7	33,4	33,6	33,3
	Ind. Tradicionais	37,9	37,1	37,6	37,7	37,8	36,6	36,3	36,1	32,1	33,5
	Construção civil	27,3	25,3	24,3	24,8	24,7	24,2	26,4	26,7	30,4	29,7
	Outras atividades industriais	2,9	3,7	3,6	3,5	4,0	3,6	3,5	3,8	3,9	3,4
<b>Pretos e Pardos</b>	Indústria de transformação	55,1	57,4	58,3	60,0	59,1	58,7	56,9	55,5	50,8	50,4
	Ind. Dinâmicas	23,9	25,9	26,4	25,8	25,8	26,9	25,5	25,0	24,8	24,0
	Ind. Tradicionais	31,1	31,5	32,0	34,1	33,2	31,8	31,4	30,5	26,0	26,4
	Construção civil	41,0	38,6	37,6	36,2	37,1	37,4	39,6	40,6	46,0	46,3
	Outras atividades industriais	3,9	4,0	4,1	3,8	3,8	3,8	3,5	3,9	3,2	3,3
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).											

<b>Tabela 3.7 - Total da PEA ocupada por cor ou raça e ramos de atividade selecionados, 2002-2012 (Número-índice, 2002 = 100).</b>											
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
<b>Branços</b>	Agricultura	100,0	98,0	102,3	100,6	96,5	92,0	89,4	85,3	78,6	70,9
	Indústria de transformação	100,0	100,1	106,4	105,8	106,3	110,1	110,6	108,5	97,6	102,9
	Ind. Dinâmicas	100,0	104,6	111,5	109,8	109,7	118,8	116,7	114,3	109,4	112,4
	Ind. Tradicionais	100,0	96,3	102,2	102,4	103,5	102,7	105,5	103,7	87,7	94,9
	Construção civil	100,0	91,3	91,5	93,4	93,8	94,3	106,5	106,4	115,4	116,9
	Outras atividades industriais	100,0	124,8	126,9	122,4	140,5	131,1	131,1	139,8	138,4	124,5
	Serviços	100,0	99,9	103,3	103,6	107,2	107,7	107,4	109,6	111,4	109,1
<b>Pretos e Pardos</b>	Agricultura	100,0	105,0	115,5	117,3	114,2	109,8	107,0	106,4	97,6	94,1
	Indústria de transformação	100,0	104,3	114,1	130,2	131,7	138,7	146,4	138,9	130,8	140,0
	Ind. Dinâmicas	100,0	108,1	118,6	129,0	132,5	146,2	150,9	144,1	146,8	153,4
	Ind. Tradicionais	100,0	101,4	110,6	131,1	131,1	132,9	142,9	134,9	118,4	129,7
	Construção civil	100,0	94,2	98,6	105,6	111,1	118,7	136,6	136,6	159,2	172,4
	Outras atividades industriais	100,0	102,2	112,4	116,3	119,6	127,2	127,1	136,6	116,9	128,8
	Serviços	100,0	104,0	110,9	117,6	121,8	126,3	133,3	137,1	141,4	149,8
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).											

<b>Tabela 3.8 - Composição da PEA ocupada na Indústria de transformação por tipo de indústria e cor ou raça, 2002-2012. (em %)</b>											
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
<b>Ind. Dinâmicas</b>	Branços	62,8	62,1	61,4	59,0	58,3	57,9	56,7	57,3	55,7	55,3
	Pretos e Pardos	37,2	37,9	38,6	41,0	41,7	42,1	43,3	42,7	44,3	44,7
<b>Ind. Tradicionais</b>	Branços	60,8	59,5	58,9	54,7	55,0	54,5	53,4	54,4	53,4	53,1
	Pretos e Pardos	39,2	40,5	41,1	45,3	45,0	45,5	46,6	45,6	46,6	46,9
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).											



<b>Tabela 3.9 - Rendimento real médio da PEA ocupada por cor ou raça e grupo de indústria, 2002-2012 (em R\$, set / 12 - INPC).</b>											
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
<b>Branços</b>	Dinâmicas	1767,86	1651,05	1580,54	1696,62	1781,58	1781,54	1792,34	1825,62	1908,93	2013,82
	Tradicionais	1082,08	1007,70	957,52	977,67	1147,86	1091,81	1172,11	1146,12	1224,59	1319,39
<b>Pretos e Pardos</b>	Dinâmicas	934,42	849,27	903,97	969,39	977,37	1027,06	1100,23	1147,10	1189,04	1321,17
	Tradicionais	599,87	562,33	567,24	576,02	627,05	711,59	699,31	735,11	845,94	871,46
<b>Diferencial (%)</b>	Dinâmicas	89,2	94,4	74,8	75,0	82,3	73,5	62,9	59,2	60,5	52,4
	Tradicionais	80,4	79,2	68,8	69,7	83,1	53,4	67,6	55,9	44,8	51,4
Obs: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.											
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).											

### 3.3 – Caracterização dos grupamentos industriais por cor ou raça e escolaridade

Uma análise agregada como a feita na seção anterior pode ser extremamente enganosa, já que agrega trabalhadores heterogêneos entre si. Por exemplo, na tabela 3.8, vemos que temos quase tantos trabalhadores brancos quanto trabalhadores pretos e pardos nas indústrias dinâmicas. Porém, quando observamos a tabela 3.10 e 3.11 percebemos o enorme abismo que separa os dois grupos de cor ou raça dentro desse segmento da indústria de transformação.

Como é possível notar, a participação dos brancos é positivamente associada com o número de anos de estudo. Ou seja, conforme nos movemos para as faixas que agregam os trabalhadores mais escolarizados, maior a participação dos brancos. Na tabela 3.10, podemos observar que em 2002, entre os trabalhadores de baixíssima escolaridade (os que não têm instrução ou estudaram menos de um ano) os pretos e pardos são absoluta maioria, com 63,4% contra 36,6% de brancos. Já a partir da faixa de “1 a 4 anos de estudo” os brancos já se tornam maioria e vão tendo um peso cada vez maior conforme cresce o número de anos de estudo. Salta aos olhos o percentual de brancos empregados nas indústrias dinâmicas que possuem 15 ou mais anos de estudo, que chegam a 91,3% em 2002.

No caso das indústrias tradicionais (tabela 3.11), a situação é semelhante, com 84,2% dos trabalhadores na faixa mais elevada de escolaridade se declarando como brancos. Podemos notar que a mudança verificada no período, já mencionada quando analisamos a tabela 3.8, se concentra nos estratos intermediários de escolaridade. Para

os trabalhadores que estão nos extremos das faixas, a mudança é bastante tímida, principalmente no caso dos trabalhadores que não possuem instrução. Nesse caso, os brancos seguem sendo uma minoria, com apenas 37,7% contra 62,3% dos pretos e pardos, para o ano de 2012.

<b>Tabela 3.10 - Composição da PEA ocupada nas Indústrias Dinâmicas por faixas de anos de estudo e cor ou raça - 2002-2012 (em %)</b>											
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Sem Instrução	Branços	36,6	33,0	31,5	31,2	33,6	34,1	35,7	37,9	35,7	37,7
	Pretos e Pardos	63,4	67,0	68,5	68,8	66,4	65,9	64,3	62,1	64,3	62,3
1 a 4 anos	Branços	54,3	52,3	51,4	45,5	47,4	46,7	45,8	47,0	46,9	43,7
	Pretos e Pardos	45,7	47,7	48,6	54,5	52,6	53,3	54,2	53,0	53,1	56,3
5 a 8 anos	Branços	59,2	55,9	55,7	55,0	51,2	53,1	49,5	52,3	49,3	46,8
	Pretos e Pardos	40,8	44,1	44,3	45,0	48,8	46,9	50,5	47,7	50,7	53,2
9 a 11 anos	Branços	65,9	67,1	64,8	61,9	60,7	59,1	57,7	56,8	55,8	55,6
	Pretos e Pardos	34,1	32,9	35,2	38,1	39,3	40,9	42,3	43,2	44,2	44,4
12 a 14 anos	Branços	81,1	81,1	79,5	81,8	77,5	74,7	74,0	75,4	68,8	68,5
	Pretos e Pardos	18,9	18,9	20,5	18,2	22,5	25,3	26,0	24,6	31,2	31,5
15 ou mais	Branços	91,3	89,4	89,0	85,2	86,7	87,2	83,6	80,6	81,9	78,9
	Pretos e Pardos	8,7	10,6	11,0	14,8	13,3	12,8	16,4	19,4	18,1	21,1
Obs: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.											
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).											

<b>Tabela 3.11 - Composição da PEA ocupada nas Indústrias Tradicionais por faixas de anos de estudo e cor ou raça - 2002-2012 (em %)</b>											
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Sem Instrução	Branços	39,0	37,5	32,0	26,8	30,9	36,2	34,1	31,6	38,1	36,5
	Pretos e Pardos	61,0	62,5	68,0	73,2	69,1	63,8	65,9	68,4	61,9	63,5
1 a 4 anos	Branços	55,4	54,4	53,6	48,6	47,8	49,7	46,0	50,0	48,2	47,0
	Pretos e Pardos	44,6	45,6	46,4	51,4	52,2	50,3	54,0	50,0	51,8	53,0
5 a 8 anos	Branços	61,2	57,9	58,2	53,2	54,1	52,6	51,9	50,8	50,6	51,0
	Pretos e Pardos	38,8	42,1	41,8	46,8	45,9	47,4	48,1	49,2	49,4	49,0
9 a 11 anos	Branços	64,3	63,9	62,9	60,2	58,1	57,0	56,3	56,6	54,9	52,5
	Pretos e Pardos	35,7	36,1	37,1	39,8	41,9	43,0	43,7	43,4	45,1	47,5
12 a 14 anos	Branços	84,2	80,5	79,1	78,0	82,0	72,6	72,0	71,3	65,4	65,3
	Pretos e Pardos	15,8	19,5	20,9	22,0	18,0	27,4	28,0	28,7	34,6	34,7
15 ou mais	Branços	84,2	88,7	88,3	85,6	84,9	81,5	78,6	79,6	78,9	83,5
	Pretos e Pardos	15,8	11,3	11,7	14,4	15,1	18,5	21,4	20,4	21,1	16,5
Obs: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.											
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).											

Ainda assim, é possível argumentar que a inserção diferenciada dos dois grupos de cor ou raça dentro da indústria se dá pelo o fato de que os pretos e pardos em geral estão, por circunstâncias históricas, situados em posições sociais que impedem seu devido acesso à escolarização. Dessa maneira, uma vez que esse grupo obtivesse maior

escolarização teria condições de se inserir nas indústrias de transformação de forma ao menos semelhante à dos brancos. Esse argumento, porém, perde sentido quando olhamos os dados das tabelas 3.12 e 3.13.

Podemos perceber que mesmo quando trabalhadores brancos e pretos e pardos possuem escolaridade semelhante, o diferencial entre os salários é sempre positivo a favor dos brancos. No caso dos extremos educacionais, o diferencial de rendimentos oscila bastante ao longo da série, até por causa do pequeno número de trabalhadores brancos na faixa de menor escolaridade e do pequeno número de pretos e pardos na de maior escolaridade. No caso dos trabalhadores sem instrução, a média do diferencial salarial entre 2002 e 2012 fica em 45,4% para as indústrias dinâmicas e 33,3% para as indústrias tradicionais. Já para a média para os trabalhadores com quinze ou mais anos de estudo fica em 56,7% para as indústrias dinâmicas e 52,1% para as indústrias tradicionais.

Novamente, é perceptível que o grau de diferenciação entre a inserção dos dois grupos de cor ou raça se processa com maior intensidade nos ramos de atividade que conferem maior prestígio social, como é o caso das indústrias dinâmicas.

<b>Tabela 3.12 - Rendimento Real Médio da PEA ocupada nas Indústrias Dinâmicas por cor ou raça e faixa de anos de estudo - 2002-2012 (em R\$, set / 12 - INPC)</b>											
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
<b>Branco</b>	Sem Instrução	662,9	890,6	617,9	639,0	754,5	781,1	894,2	869,4	1062,2	1337,4
	1 a 4 anos	1019,9	940,1	979,4	938,8	1042,7	1038,6	1052,5	1054,3	1055,9	1265,1
	5 a 8 anos	1110,3	1028,5	974,0	1044,7	1186,8	1198,0	1182,9	1264,7	1265,0	1227,9
	9 a 11 anos	1550,4	1455,1	1399,6	1465,6	1486,4	1472,7	1483,9	1541,9	1568,9	1609,4
	12 a 14 anos	2653,9	2327,7	2062,0	2312,8	2346,6	2294,7	2267,1	2083,3	2307,0	2265,3
	15 ou mais	5433,3	5024,1	4607,7	5057,5	4902,8	5044,4	4593,5	4556,7	4788,3	4950,0
<b>Pretos e Pardos</b>	Sem Instrução	470,8	440,2	479,3	463,5	512,0	614,8	649,2	626,5	735,5	900,2
	1 a 4 anos	675,7	609,8	665,8	722,1	710,7	781,4	860,6	835,7	862,6	1014,2
	5 a 8 anos	863,7	753,7	757,0	840,3	815,8	876,2	914,9	951,9	980,9	1062,9
	9 a 11 anos	1099,7	1006,3	1019,5	1072,6	1070,6	1119,8	1175,6	1172,2	1262,6	1285,7
	12 a 14 anos	2155,4	2077,4	1978,2	1810,3	1856,6	1806,2	1769,2	1923,4	1986,8	2078,3
	15 ou mais	3107,5	2681,3	3612,1	3490,1	3541,6	3063,8	2828,0	3249,0	2612,4	3450,0
<b>Diferencial (%)</b>	Sem Instrução	40,8	102,3	28,9	37,9	47,4	27,0	37,7	38,8	44,4	48,6
	1 a 4 anos	50,9	54,2	47,1	30,0	46,7	32,9	22,3	26,2	22,4	24,7
	5 a 8 anos	28,6	36,4	28,7	24,3	45,5	36,7	29,3	32,9	29,0	15,5
	9 a 11 anos	41,0	44,6	37,3	36,6	38,8	31,5	26,2	31,5	24,3	25,2
	12 a 14 anos	23,1	12,0	4,2	27,8	26,4	27,0	28,1	8,3	16,1	9,0
	15 ou mais	74,8	87,4	27,6	44,9	38,4	64,6	62,4	40,2	83,3	43,5
Obs: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.											
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).											

<b>Tabela 3.13 - Rendimento Real Médio da PEA ocupada nas Indústrias Tradicionais por cor ou raça e faixa de anos de estudo - 2002-2012 (em R\$, set / 12 - INPC)</b>											
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
<b>Brancos</b>	Sem Instrução	476,2	437,5	454,8	445,4	496,1	513,5	576,2	619,7	884,4	734,5
	1 a 4 anos	656,9	625,9	671,9	648,7	728,6	749,1	690,3	723,4	804,2	841,7
	5 a 8 anos	734,7	711,6	734,0	729,9	900,4	777,6	848,2	800,6	892,2	926,0
	9 a 11 anos	1111,4	1005,3	973,6	999,4	1083,1	1058,4	1094,8	1124,9	1124,9	1262,7
	12 a 14 anos	2250,1	1588,7	1674,2	1608,8	1607,8	1834,5	1739,3	1594,6	1612,9	1933,8
	15 ou mais	5108,0	4424,6	3467,5	3482,4	4162,4	4005,7	4190,3	3393,7	3602,3	3274,2
<b>Pretos e Pardos</b>	Sem Instrução	361,3	347,9	338,2	303,5	389,2	395,0	447,0	460,6	658,6	529,6
	1 a 4 anos	464,3	464,1	451,7	442,6	458,2	532,0	529,7	570,5	630,1	632,9
	5 a 8 anos	566,6	528,3	533,0	563,9	595,4	644,0	627,6	655,9	749,7	778,3
	9 a 11 anos	712,1	657,8	683,2	703,8	729,2	822,3	763,2	814,9	897,3	961,2
	12 a 14 anos	1368,7	1349,9	1378,1	1289,4	1480,2	1340,4	1485,4	1224,1	1469,2	1338,7
	15 ou mais	3046,6	2656,5	2063,5	2529,9	2650,3	3237,0	2559,8	2320,0	2462,2	2268,4
<b>Diferencial (%)</b>	Sem Instrução	31,8	25,8	34,5	46,8	27,4	30,0	28,9	34,6	34,3	38,7
	1 a 4 anos	41,5	34,8	48,7	46,6	59,0	40,8	30,3	26,8	27,6	33,0
	5 a 8 anos	29,7	34,7	37,7	29,4	51,2	20,8	35,1	22,1	19,0	19,0
	9 a 11 anos	56,1	52,8	42,5	42,0	48,5	28,7	43,5	38,0	25,4	31,4
	12 a 14 anos	64,4	17,7	21,5	24,8	8,6	36,9	17,1	30,3	9,8	44,5
	15 ou mais	67,7	66,6	68,0	37,6	57,1	23,7	63,7	46,3	46,3	44,3
Obs: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.											
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).											

### 3.4 - Posição na Ocupação

Passando para a análise do emprego na indústria de transformação por posição na ocupação, vemos pelos dados das tabelas 3.14 e 3.15 a relação do crescimento ao longo da década (em relação a 2002) do emprego nos dois tipos de indústria em diferentes modalidades. É perceptível o aumento do número de empregos com carteira assinada, em especial para os pretos e pardos, em ambos os tipos de indústria. Em relação aos trabalhadores sem carteira, a tendência foi de redução do número de empregos. Chama atenção a queda vertiginosa do número de empregos sem carteira quando da eclosão da crise em 2008-2009, processo facilmente explicável à luz da maior vulnerabilidade deste dos trabalhadores que mantém esse tipo de vínculo.

Pelos dados das tabelas 3.16 e 3.17, vemos que a menor taxa crescimento do número de empregos com carteira para a população branca pode ser ao menos em parte atribuído ao volume bem maior de trabalhadores nesse tipo de posição na ocupação já

em 2002. É perceptível também que as indústrias dinâmicas possuem um grau muito maior de formalização do trabalho que as indústrias tradicionais, com vantagem significativa para a população branca. Nas industriais tradicionais, por exemplo, foi somente em 2007 que os trabalhadores pretos e pardos passaram a ter a maioria dos seus trabalhadores estabelecendo relações formais de trabalho.

<b>Tabela 3.14 - Total da PEA ocupada nas Indústrias Dinâmicas por cor ou raça e posição na ocupação - 2002-2012 (Número-índice, 2002 = 100)</b>											
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
<b>Branços</b>	Empregado com carteira	100,0	104,8	116,2	116,1	115,3	125,2	127,5	125,3	124,5	128,8
	Empregado sem carteira	100,0	95,9	97,5	88,6	84,3	93,2	86,6	78,8	56,9	65,7
	Empregador	100,0	104,0	100,3	92,1	113,8	101,3	99,9	101,2	77,3	85,1
	Conta- própria	100,0	119,2	112,7	113,7	115,3	131,0	103,3	105,9	112,1	95,1
<b>Pretos e Pardos</b>	Empregado com carteira	100,0	106,5	125,9	133,5	139,4	161,1	177,3	166,1	174,7	188,2
	Empregado sem carteira	100,0	103,5	101,1	104,1	115,9	114,9	100,3	92,7	85,8	91,0
	Empregador	100,0	87,4	75,7	93,4	93,1	84,4	101,0	135,8	77,1	107,8
	Conta- própria	100,0	125,3	126,1	152,6	144,3	144,8	138,3	138,7	152,9	123,6
Obs: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.											
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).											

<b>Tabela 3.15 - Total da PEA ocupada nas Indústrias Tradicionais por cor ou raça e posição na ocupação - 2002-2012 (Número-índice, 2002 = 100)</b>											
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
<b>Branços</b>	Empregado com carteira	100,0	97,0	106,0	104,3	105,5	105,4	111,2	108,9	106,7	115,9
	Empregado sem carteira	100,0	97,2	107,1	99,0	95,7	102,3	94,1	86,3	65,6	62,2
	Empregador	100,0	96,4	107,1	112,5	120,6	98,0	125,5	116,4	58,2	80,2
	Conta- própria	100,0	95,0	92,3	100,4	102,3	99,4	99,4	106,6	73,6	79,6
<b>Pretos e Pardos</b>	Empregado com carteira	100,0	103,2	114,2	122,8	135,0	146,8	155,2	151,3	154,4	166,6
	Empregado sem carteira	100,0	91,1	103,0	105,6	108,6	109,7	110,2	107,4	77,0	82,8
	Empregador	100,0	82,2	112,7	123,7	110,4	106,4	129,0	111,9	83,1	86,4
	Conta- própria	100,0	109,0	112,7	139,1	131,1	127,6	145,0	141,4	101,4	117,9
Obs: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.											
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).											

<b>Tabela 3.16 - Composição da PEA ocupada nas Indústrias Dinâmicas por cor ou raça e posição na ocupação - 2002-2012 (%)</b>											
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
<b>Branços</b>	Empregado com carteira	69,4	69,4	71,9	73,1	72,3	72,7	75,4	75,6	78,4	78,8
	Empregado sem carteira	14,9	13,7	13,0	12,0	11,4	11,6	11,0	10,2	7,7	8,6
	Empregador	6,4	6,3	5,7	5,3	6,6	5,4	5,4	5,6	4,5	4,8
	Conta- própria	9,3	10,6	9,4	9,6	9,7	10,2	8,2	8,6	9,5	7,8
<b>Pretos e Pardos</b>	Empregado com carteira	61,5	61,0	65,4	64,3	64,5	68,0	71,6	70,4	72,5	74,5
	Empregado sem carteira	22,4	21,6	19,1	18,2	19,5	17,6	14,7	14,3	12,9	13,1
	Empregador	3,9	3,2	2,5	2,9	2,8	2,3	2,6	3,7	2,0	2,7
	Conta- própria	12,2	14,2	13,0	14,5	13,2	12,1	11,1	11,6	12,5	9,7
Obs: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.											
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).											

<b>Tabela 3.17 - Composição da PEA ocupada nas Indústrias Tradicionais por cor ou raça e posição na ocupação - 2002-2012 (em %)</b>											
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
<b>Branços</b>	Empregado com carteira	54,1	54,4	55,7	54,8	54,9	55,3	56,5	56,0	64,6	65,0
	Empregado sem carteira	15,9	16,0	16,5	15,3	14,6	15,8	14,1	13,0	11,7	10,2
	Empregador	5,5	5,5	5,7	6,0	6,4	5,2	6,5	6,1	3,6	4,6
	Conta- própria	24,5	24,1	22,0	23,9	24,1	23,7	22,9	24,8	20,2	20,2
<b>Pretos e Pardos</b>	Empregado com carteira	46,2	47,0	47,5	46,0	49,1	51,5	50,8	50,9	59,6	58,6
	Empregado sem carteira	23,0	20,7	21,3	19,7	19,6	19,1	17,9	18,0	14,8	14,5
	Empregador	3,0	2,4	3,0	3,0	2,6	2,4	2,7	2,4	2,0	1,9
	Conta- própria	27,8	29,9	28,2	31,4	28,7	27,0	28,6	28,7	23,6	25,0
Obs: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.											
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).											

Em relação ao rendimento médio do trabalho, é possível verificar uma queda nos diferenciais de rendimento entre os dois grupos de cor em ambos os tipos de indústria, principalmente para os empregados com e sem carteira. Em relação às outras duas categorias, os dados apresentam uma trajetória errática, até por conta da amostra reduzida, em especial para os empregadores (e em especial para os empregadores pretos e pardos).

Para os que trabalham por conta própria, a tendência é de redução do diferencial nas indústrias tradicionais, mas de elevação nas indústrias dinâmicas. É notável ainda o baixíssimo nível de rendimento médio dos trabalhadores por conta própria nas indústrias tradicionais. Na verdade, foi à elevação do antes baixíssimo rendimento dos pretos e pardos que trabalham por conta própria que se deve a redução das assimetrias de rendimento entre os grupos de cor nesse segmento industrial e para este tipo de posição na ocupação, já que em termos absolutos o rendimento dos brancos que trabalham por conta própria se elevou até mais do que para os pretos e pardos nessa situação.

<b>Tabela 3.18 - Rendimento Médio Real da PEA ocupada nas Indústrias Dinâmicas por cor ou raça e posição na ocupação - 2002-2012 (em R\$, set / 12 - INPC)</b>											
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
<b>Brancos</b>	Empregado com carteira	1836,03	1699,41	1603,96	1708,96	1813,23	1835,66	1812,09	1814,21	1874,35	2001,70
	Empregado sem carteira	1039,72	884,04	963,60	1020,47	1043,49	1048,84	1008,74	1075,12	1184,03	1207,32
	Empregador	4139,12	4076,83	4027,97	4640,27	4183,87	4320,65	4390,64	4656,43	5481,15	4591,75
	Conta- própria	1123,09	1076,80	967,63	968,84	992,92	1050,26	1065,92	1160,13	1299,77	1642,96
<b>Pretos e Pardos</b>	Empregado com carteira	1055,58	980,17	1051,76	1116,15	1133,53	1161,89	1205,64	1262,44	1280,87	1383,09
	Empregado sem carteira	557,76	531,15	562,88	620,79	615,79	674,37	654,64	646,35	710,41	756,70
	Empregador	2128,97	2221,32	1944,11	2330,33	2311,00	2395,04	2663,11	2533,07	3049,29	3340,14
	Conta- própria	785,71	604,37	616,42	650,98	634,80	694,60	749,63	724,23	931,45	1115,55
<b>Diferencial (%)</b>	Empregado com carteira	73,9	73,4	52,5	53,1	60,0	58,0	50,3	43,7	46,3	44,7
	Empregado sem carteira	86,4	66,4	71,2	64,4	69,5	55,5	54,1	66,3	66,7	59,6
	Empregador	94,4	83,5	107,2	99,1	81,0	80,4	64,9	83,8	79,8	37,5
	Conta- própria	42,9	78,2	57,0	48,8	56,4	51,2	42,2	60,2	39,5	47,3
Obs: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.											
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).											

<b>Tabela 3.19 - Rendimento Médio Real da PEA ocupada nas Indústrias Tradicionais por cor ou raça e posição na ocupação - 2002-2012 (em R\$, set / 12 - INPC)</b>											
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
<b>Brancos</b>	Empregado com carteira	1203,46	1091,56	1038,56	1041,77	1190,15	1172,11	1198,67	1220,94	1308,57	1322,23
	Empregado sem carteira	736,81	720,40	592,98	716,73	732,01	745,64	762,38	812,30	863,11	920,60
	Empregador	3690,98	3451,78	3177,77	3201,61	4470,35	3522,46	4173,13	3552,11	3539,56	4712,91
	Conta- própria	603,66	588,27	569,47	555,92	573,39	749,84	664,65	654,87	863,92	888,25
<b>Pretos e Pardos</b>	Empregado com carteira	747,88	718,42	712,91	767,84	817,15	863,19	886,80	893,70	948,57	1004,78
	Empregado sem carteira	485,92	414,96	457,59	462,69	509,08	532,30	573,38	594,46	641,36	667,02
	Empregador	2280,55	2306,65	1740,63	2684,61	2318,70	3031,63	2049,17	2505,48	2701,62	2747,28
	Conta- própria	371,04	361,20	356,24	368,01	401,24	491,33	451,61	460,54	671,29	645,45
<b>Diferencial (%)</b>	Empregado com carteira	60,9	51,9	45,7	35,7	45,6	35,8	35,2	36,6	38,0	31,6
	Empregado sem carteira	51,6	73,6	29,6	54,9	43,8	40,1	33,0	36,6	34,6	38,0
	Empregador	61,8	49,6	82,6	19,3	92,8	16,2	103,6	41,8	31,0	71,5
	Conta- própria	62,7	62,9	59,9	51,1	42,9	52,6	47,2	42,2	28,7	37,6
Obs: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.											
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).											

### 3.5 – Grupamentos Ocupacionais

Passemos agora para uma análise das categorias ocupacionais, com o foco nos grupos de atividade “dirigentes” e “trabalhadores”. A análise da primeira categoria é justificada por essa ser, evidentemente, a mais alta escala em termos hierárquicos dentro da estrutura ocupacional. Já a segunda, representada nas tabelas 3.20 e 3.21 pelo grupo

“trabalhadores da produção de bens e serviços”, é a que agregada a maior parte da PEA ocupada na indústria, e um das que recebem menor salário médio, só sendo maior que o dos trabalhadores dos serviços.

É notável ainda a expressiva diferença entre os rendimentos do trabalho entre a PEA ocupada nas indústrias dinâmicas e tradicionais, bem como um acentuado viés de baixa nos salários dos trabalhadores desta última, com exceção dos trabalhadores de menor rendimento médio. O fato do salário dos trabalhadores dessas categorias terem sido mais resistentes à queda guarda grande relação com o já mencionado fato de que houve um sensível aumento no rendimento do trabalho daqueles que se situam na base da pirâmide social, em grande parte em resposta à elevação duradoura do salário mínimo real. Nas indústrias dinâmicas, porém, todos os grupos experimentaram aumento em seu rendimento médio ou estes se mantiveram em um patamar relativamente constante ao longo da série.

<b>Tabela 3.20 - Composição da PEA ocupada na Indústria de transformação por grupo de atividade - 2002-2012 (%)</b>											
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
<b>Dinâmicas</b>	Dirigentes em geral	7,7	6,9	6,3	6,7	6,9	6,3	5,9	6,8	6,4	6,8
	Profissionais das ciências e das artes	6,7	7,5	6,9	7,7	8,2	8,1	6,7	6,5	8,8	7,3
	Técnicos de nível médio	8,2	8,4	8,2	8,6	9,0	9,0	9,2	10,1	9,5	10,3
	Trabalhadores de serviços administrativos	9,2	10,0	10,2	9,5	10,0	9,1	9,0	10,0	9,9	11,1
	Trabalhadores dos serviços	3,8	4,1	4,0	4,2	4,8	5,3	4,3	4,1	3,7	3,5
	Vendedores e prestadores de serviço do comércio	1,4	1,4	1,3	1,3	1,5	1,5	1,2	1,3	1,6	1,7
	Trabalhadores da produção de bens e serviços	61,7	59,7	60,7	59,9	57,5	58,9	62,2	60,4	59,1	58,8
<b>Tradicionais</b>	Dirigentes em geral	6,2	5,5	5,7	5,6	6,0	5,3	6,0	5,8	5,0	5,7
	Profissionais das ciências e das artes	2,8	2,9	2,4	2,5	2,8	2,5	2,8	2,9	4,1	6,3
	Técnicos de nível médio	4,1	3,8	4,3	4,2	4,0	4,4	5,0	5,3	5,6	5,7
	Trabalhadores de serviços administrativos	5,9	5,9	5,9	5,4	5,6	6,1	5,3	6,1	7,6	7,2
	Trabalhadores dos serviços	5,2	6,1	6,1	6,4	6,3	6,7	6,4	6,3	6,1	5,9
	Vendedores e prestadores de serviço do comércio	3,1	2,7	3,3	2,5	2,8	3,2	3,6	2,2	1,9	2,5
	Trabalhadores da produção de bens e serviços	71,6	72,0	71,3	72,0	71,7	70,4	70,2	70,8	68,7	66,1
<b>Total</b>	Dirigentes em geral	6,8	6,2	6,0	6,1	6,4	5,8	6,0	6,2	5,7	6,2
	Profissionais das ciências e das artes	4,5	5,0	4,5	4,9	5,3	5,2	4,6	4,6	6,4	6,8
	Técnicos de nível médio	5,9	5,9	6,1	6,2	6,3	6,6	6,9	7,5	7,6	7,9
	Trabalhadores de serviços administrativos	7,4	7,8	7,9	7,3	7,6	7,6	7,0	7,9	8,7	9,1
	Trabalhadores dos serviços	4,6	5,1	5,1	5,4	5,6	6,0	5,4	5,3	4,9	4,7
	Vendedores e prestadores de serviço do comércio	2,4	2,1	2,3	2,0	2,2	2,4	2,5	1,8	1,8	2,1
	Trabalhadores da produção de bens e serviços	67,2	66,3	66,3	66,5	65,2	64,9	66,5	65,9	63,9	62,5
Obs: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.											
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).											



<b>Tabela 3.21 - Rendimento médio real da PEA ocupada na Indústria de transformação por grupo de atividade - 2002-2012 (%)</b>											
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
<b>Dinâmicas</b>	Dirigentes em geral	4254,9	4481,5	4148,8	4618,5	4386,5	4515,8	4350,2	4278,8	4778,6	4747,7
	Profissionais das ciências e das artes	2897,4	1985,4	2243,9	1965,7	2289,5	2033,3	2255,8	2739,6	2018,1	2859,2
	Técnicos de nível médio	2034,7	1802,1	1863,7	1996,7	1981,9	2008,1	2010,1	2080,1	2027,0	2092,6
	Trabalhadores de serviços administrativos	1410,1	1215,6	1181,7	1194,4	1279,4	1217,2	1306,8	1210,4	1267,5	1322,3
	Trabalhadores dos serviços	713,1	653,8	653,8	637,1	737,1	731,8	712,8	780,3	834,8	881,3
	Vendedores e prestadores de serviço do comércio	1323,8	1427,7	1388,7	1548,3	1560,8	1439,7	1498,9	1454,3	1500,9	1531,5
	Trabalhadores da produção de bens e serviços	994,1	956,2	978,9	1020,6	1064,8	1116,4	1187,6	1147,1	1270,3	1311,8
<b>Tradicionais</b>	Dirigentes em geral	3684,5	3388,0	2864,5	3143,6	3867,5	3351,7	3549,6	3306,4	3304,4	3635,2
	Profissionais das ciências e das artes	2482,4	2041,4	1798,6	1791,0	2009,4	1952,5	1746,7	1828,1	1956,4	1378,2
	Técnicos de nível médio	1507,5	1555,5	1412,8	1355,1	1501,5	1569,2	1657,0	1525,9	1459,2	1440,3
	Trabalhadores de serviços administrativos	937,2	878,9	923,9	964,1	1039,1	1015,1	1082,8	1069,5	1146,1	1205,4
	Trabalhadores dos serviços	565,6	529,0	569,1	530,2	587,3	651,0	664,4	658,3	732,3	901,9
	Vendedores e prestadores de serviço do comércio	592,1	747,5	567,8	680,1	746,3	746,4	797,0	783,3	1004,1	1205,6
	Trabalhadores da produção de bens e serviços	604,1	582,1	592,0	571,8	629,9	696,6	687,1	715,3	832,5	862,2
<b>Total</b>	Dirigentes em geral	3970,2	3962,0	3491,8	3881,9	4122,4	3964,3	3924,2	3796,6	4126,2	4230,3
	Profissionais das ciências e das artes	2757,7	2002,5	2118,6	1916,9	2207,9	2012,9	2089,1	2431,9	1998,8	2147,2
	Técnicos de nível médio	1834,0	1718,4	1696,2	1761,6	1814,7	1855,1	1873,4	1871,8	1815,6	1847,6
	Trabalhadores de serviços administrativos	1200,2	1079,8	1078,5	1100,8	1183,4	1131,8	1216,8	1153,0	1214,8	1274,9
	Trabalhadores dos serviços	620,7	574,7	599,6	568,3	645,8	684,9	682,5	702,6	771,3	894,5
	Vendedores e prestadores de serviço do comércio	792,0	955,3	779,7	939,0	994,3	948,3	959,3	1008,6	1235,5	1337,2
	Trabalhadores da produção de bens e serviços	764,6	739,4	757,0	755,9	805,1	878,5	905,7	899,3	1034,1	1067,9
Obs: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.											
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).											

A partir de agora, nos deteremos em uma análise mais detalhada do grupo dos dirigentes e dos trabalhadores manuais, bem como a relação entre esses grupos e a cor declarada pelo trabalhador. Na tabela 3.22, podemos perceber a expressiva presença de brancos em cargos de direção em ambos os grupos industriais. Porém, o peso relativo dos pretos e pardos aumenta no período, tanto entre os dirigentes quanto entre os trabalhadores.

Do mesmo modo que foi feito anteriormente, podemos desagregar o peso relativo de cada grupo de cor ou raça entre os dois grupos de indústrias e grupos de atividade por faixa de anos de estudo, o que funcionando como uma proxy para determinar qual o real caráter da presença de brancos e pretos e pardos dentro da estrutura ocupacional. De fato, como já era de se esperar, a presença dos pretos e pardos é significativamente maior entre os trabalhadores que não nos estratos educacionais

inferiores, que normalmente exercem cargos de menor importância ou menor rendimento, como pode ser observado nas tabelas 3.23 e 3.24.

Novamente, é possível notar a entrada dos pretos e pardos em categorias de escolaridade mais alta. Porém, estes ainda se inserem de maneira diferente dos brancos. Entre os dirigentes com alta escolaridade nas indústrias dinâmicas, a maioria esmagadora (87,2%) ainda é branca, sendo que o indicador era de 92,8% em 2002. Nas indústrias tradicionais, o peso de dirigentes com 15 ou mais anos de estudo manteve-se relativamente estável, passando de 78,7% em 2002 para 74,4% em 2012.

Já entre os trabalhadores manuais, a entrada dos pretos e pardos parece ser bem mais simples nos cargos que exigem menor escolaridade. Nas indústrias dinâmicas, os pretos e pardos passaram a ser maioria nas três faixas de anos estudo mais baixas em 2012, sendo que o elevado peso destes entre os trabalhadores sem instrução manteve-se basicamente no mesmo nível. Nas industriais tradicionais, os brancos seguem sendo maioria entre as quatro faixas de anos de estudo mais elevadas e, em ambos os grupos industriais, chegam a atingir mais de 70% do número de trabalhadores com maior escolaridade.

<b>Tabela 3.22 - Composição da PEA ocupada por grupo de indústria, grupo de atividade e cor ou raça- 2002-2012 (em %)</b>											
<b>Indústrias Dinâmicas</b>		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Dirigentes	Branco	79,4	82,6	83,8	78,3	79,8	80,4	80,8	75,1	77,2	73,8
	Pretos e Pardos	20,6	17,4	16,2	21,7	20,2	19,6	19,2	24,9	22,8	26,2
Trabalhadores	Branco	57,9	57,5	57,4	55,2	53,2	53,1	51,0	52,3	50,7	50,1
	Pretos e Pardos	42,1	42,5	42,6	44,8	46,8	46,9	49,0	47,7	49,3	49,9
<b>Indústrias Tradicionais</b>		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Dirigentes	Branco	78,9	79,0	78,5	75,6	77,7	73,7	73,9	75,4	70,9	72,4
	Pretos e Pardos	21,1	21,0	21,5	24,4	22,3	26,3	26,1	24,6	29,1	27,6
Trabalhadores	Branco	58,8	56,7	56,5	51,5	51,8	52,2	49,6	50,8	50,6	50,4
	Pretos e Pardos	41,2	43,3	43,5	48,5	48,2	47,8	50,4	49,2	49,4	49,6
Obs: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.											
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).											

<b>Tabela 3.23 - Composição da PEA ocupada nas Indústrias Dinâmicas por grupo de atividade, faixas de anos de estudo e cor ou raça - 2002-2012 (em %)</b>											
<b>Dirigentes</b>		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
1 a 4 anos	Branco	62,0	68,0	69,0	73,4	73,3	65,7	57,1	61,3	50,8	62,3
	Pretos e Pardos	38,0	32,0	31,0	26,6	26,7	34,3	42,9	38,7	49,2	37,7
5 a 8 anos	Branco	72,3	72,3	74,2	64,7	69,2	76,8	80,5	68,9	69,8	52,1
	Pretos e Pardos	27,7	27,7	25,8	35,3	30,8	23,2	19,5	31,1	30,2	47,9
9 a 11 anos	Branco	78,9	77,7	81,8	76,5	79,6	73,6	76,1	70,7	71,7	72,5
	Pretos e Pardos	21,1	22,3	18,2	23,5	20,4	26,4	23,9	29,3	28,3	27,5

12 a 14 anos	Branços	76,4	95,0	90,7	84,5	76,6	79,7	84,7	78,7	77,0	71,7
	Pretos e Pardos	23,6	5,0	9,3	15,5	23,4	20,3	15,3	21,3	23,0	28,3
15 ou mais	Branços	92,8	95,4	93,9	86,6	89,1	91,6	90,0	86,7	89,4	87,2
	Pretos e Pardos	7,2	4,6	6,1	13,4	10,9	8,4	10,0	13,3	10,6	12,8
<b>Trabalhadores</b>		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Sem Instrução	Branços	37,3	35,9	35,4	31,9	36,3	34,1	36,7	41,9	32,3	37,5
	Pretos e Pardos	62,7	64,1	64,6	68,1	63,7	65,9	63,3	58,1	67,7	62,5
1 a 4 anos	Branços	54,5	53,2	53,0	46,5	47,1	45,2	45,4	45,7	47,9	43,8
	Pretos e Pardos	45,5	46,8	47,0	53,5	52,9	54,8	54,6	54,3	52,1	56,2
5 a 8 anos	Branços	58,3	55,1	55,7	54,5	49,2	51,9	48,0	51,3	47,6	46,2
	Pretos e Pardos	41,7	44,9	44,3	45,5	50,8	48,1	52,0	48,7	52,4	53,8
9 a 11 anos	Branços	61,8	63,8	62,0	60,0	58,1	57,1	54,5	53,7	53,4	52,7
	Pretos e Pardos	38,2	36,2	38,0	40,0	41,9	42,9	45,5	46,3	46,6	47,3
12 a 14 anos	Branços	79,3	77,3	70,9	79,7	74,4	69,8	59,7	72,5	61,6	60,8
	Pretos e Pardos	20,7	22,7	29,1	20,3	25,6	30,2	40,3	27,5	38,4	39,2
15 ou mais	Branços	78,7	82,9	77,1	80,4	79,4	77,9	70,0	70,3	69,2	74,4
	Pretos e Pardos	21,3	17,1	22,9	19,6	20,6	22,1	30,0	29,7	30,8	25,6
Obs: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.											
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).											

<b>Tabela 3.24 - Composição da PEA ocupada nas Indústrias Tradicionais por faixas de anos de estudo e cor ou raça - 2002-2012 (em %)</b>											
<b>Dirigentes</b>		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
1 a 4 anos	Branços	68,3	66,2	72,0	59,5	75,6	70,9	66,7	73,9	72,5	67,3
	Pretos e Pardos	31,7	33,8	28,0	40,5	24,4	29,1	33,3	26,1	27,5	32,7
5 a 8 anos	Branços	72,7	78,1	73,0	69,7	68,8	70,7	67,5	66,5	59,2	57,7
	Pretos e Pardos	27,3	21,9	27,0	30,3	31,2	29,3	32,5	33,5	40,8	42,3
9 a 11 anos	Branços	78,5	78,6	78,6	74,5	76,6	66,9	75,7	72,0	67,8	63,3
	Pretos e Pardos	21,5	21,4	21,4	25,5	23,4	33,1	24,3	28,0	32,2	36,7
12 a 14 anos	Branços	87,0	79,8	88,6	87,7	82,1	87,2	76,2	81,3	74,7	81,0
	Pretos e Pardos	13,0	20,2	11,4	12,3	17,9	12,8	23,8	18,7	25,3	19,0
15 ou mais	Branços	89,4	87,7	90,0	90,1	89,7	85,3	79,4	84,3	80,4	89,3
	Pretos e Pardos	10,6	12,3	10,0	9,9	10,3	14,7	20,6	15,7	19,6	10,7
<b>Trabalhadores</b>		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Sem Instrução	Branços	39,6	36,6	33,3	25,0	31,0	36,4	31,7	31,6	36,9	37,7
	Pretos e Pardos	60,4	63,4	66,7	75,0	69,0	63,6	68,3	68,4	63,1	62,3
1 a 4 anos	Branços	55,9	54,8	54,0	48,0	46,9	49,1	45,0	48,8	48,1	47,3
	Pretos e Pardos	44,1	45,2	46,0	52,0	53,1	50,9	55,0	51,2	51,9	52,7
5 a 8 anos	Branços	61,7	57,2	57,4	52,9	53,7	52,3	51,1	50,4	50,5	51,2
	Pretos e Pardos	38,3	42,8	42,6	47,1	46,3	47,7	48,9	49,6	49,5	48,8
9 a 11 anos	Branços	61,5	60,2	61,0	57,4	55,9	55,9	52,8	53,5	52,6	51,1
	Pretos e Pardos	38,5	39,8	39,0	42,6	44,1	44,1	47,2	46,5	47,4	48,9
12 a 14 anos	Branços	80,1	78,8	73,9	72,0	76,9	68,0	64,9	64,4	63,5	58,3
	Pretos e Pardos	19,9	21,2	26,1	28,0	23,1	32,0	35,1	35,6	36,5	41,7
15 ou mais	Branços	75,7	89,8	82,5	81,0	77,0	78,7	73,7	70,1	70,1	74,1
	Pretos e Pardos	24,3	10,2	17,5	19,0	23,0	21,3	26,3	29,9	29,9	25,9
Obs: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.											
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).											

Como um último exercício analítico, podemos ainda checar as assimetrias de rendimento entre os grupos de cor ou raça no interior dos grupamentos ocupacionais. A tabela 3.25 mostra o salário médio para cada grupo de cor ou raça e dentro de cada grupo da indústria de transformação para dirigentes e trabalhadores. É possível notar mais uma vez a tendência de redução nas assimetrias de rendimento do trabalho entre os grupos de cor ou raça

Ademais, em linha com o observado em outros indicadores apresentados, o diferencial de rendimentos entre os grupos de cor ou raça é maior conforme o grau de *status* conferido pela ocupação. Entre os dirigentes, este gravita em torno de 70 e 80% em ambos os tipos de indústria de transformação ao longo do período elencado. Para os trabalhadores manuais, fica em torno de 20 e 30%.

É possível concluir ainda que no caso dos grupamentos ocupacionais o diferencial de rendimento não é significativamente diferente quando olhamos cada tipo de indústria. Os diferenciais para as indústrias dinâmicas e tradicionais ficam quase sempre em um patamar semelhante.

Tabela 3.25 - Rendimento Médio Real da PEA ocupada na Indústria de transformação por grupamento ocupacional e cor ou raça, 2002-2012 (em R\$, set / 12 - INPC).											
Dirigentes		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Branços	Dinâmicas	4616,87	4909,48	4426,28	5067,94	4677,61	5026,15	4526,72	4806,22	5261,30	5267,07
	Tradicionais	4064,45	3673,21	3112,31	3256,09	4349,58	3621,81	3991,22	3628,17	3594,08	4124,50
Pretos e Pardos	Dinâmicas	2521,10	2471,84	2546,78	2879,37	2693,61	2445,46	3327,29	2797,25	2995,47	3157,46
	Tradicionais	2225,49	2237,85	1877,48	2726,11	2276,85	2561,65	2237,63	2339,73	2555,85	2366,73
Diferencial (%)	Dinâmicas	83,1	98,6	73,8	76,0	73,7	105,5	36,0	71,8	75,6	66,8
	Tradicionais	82,6	64,1	65,8	19,4	91,0	41,4	78,4	55,1	40,6	74,3
Trabalhadores		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Branços	Dinâmicas	1113,06	1096,58	1070,75	1120,15	1212,85	1251,11	1341,17	1282,10	1403,13	1428,92
	Tradicionais	672,88	658,63	666,92	673,03	718,41	783,90	780,32	788,99	913,09	939,59
Pretos e Pardos	Dinâmicas	816,68	762,63	846,87	892,49	889,81	962,36	1024,92	999,84	1123,03	1189,86
	Tradicionais	504,68	481,00	493,44	462,05	534,43	598,58	594,53	639,97	746,85	782,05
Diferencial (%)	Dinâmicas	36,3	43,8	26,4	25,5	36,3	30,0	30,9	28,2	24,9	20,1
	Tradicionais	33,3	36,9	35,2	45,7	34,4	31,0	31,2	23,3	22,3	20,1
Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).											

## CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou produzir um retrato da inserção dos trabalhadores brancos e pretos e pardos na indústria de transformação ao longo do período compreendido entre 2002 e 2012. Tratou-se, portanto, de um esforço de compreensão da forma como os dois grupos majoritários da população brasileira (no que se refere à cor ou raça) reagem a um ciclo econômico específico dentro de um ramo de atividade específico.

Partimos do pressuposto de que, ao longo da formação social brasileira, brancos e pretos e pardos se inseriram de maneira diferenciada no mercado de trabalho. Dessa maneira, o primeiro capítulo buscou analisar a trajetória desse grupo desde a pós-abolição até os últimos momentos do século XX. Os dados obtidos e a revisão da bibliografia sobre o tema apontam para um relativo atraso na integração de pretos e pardos ao mercado de trabalho, principalmente no que se refere aos setores mais modernos da economia (Hasenbalg, 1999). A abolição do trabalho escravo não foi seguida pela “integração do negro à sociedade de classes” (Fernandes, 1965). Pelo contrário, muitos daqueles detinham o poder político e econômico tinham uma visão sobre o que deveria ser um projeto de “modernidade” para o Brasil no qual a integração do negro ao restante da sociedade não estava, ao menos explicitamente, contemplada (Schwarcz, 1987, 1993; Paixão, 2014).

Paralelamente aos desdobramentos da questão racial ao longo do século XX, o Brasil passou por um acelerado processo de modernização a partir dos anos 30. A questão da urbanização acelerada a partir dos anos 50 impõe novos desafios à sociedade em geral, e aos pretos e pardos em particular. Da expansão do trabalho assalariado urbano se seguiu uma transição social assimétrica, na qual os primeiros a ocuparem os postos de trabalho que conferem maior *status* social são pessoas de um tom de pele específico. Na moderna indústria de transformação, era o branco que aparecia como ator principal. Mesmo constituindo a maior parte da população ocupada em trabalhos manuais, os pretos e pardos só tornam a maioria do operariado industrial a partir de 1988 (Hasenbalg, 1992).

O parque industrial brasileiro se consolidou ao longo do século XX e já a partir do final dos anos 60 passa a ser o grande motor da economia (Hermann, 2011). A trajetória de crescimento da indústria foi interrompida ao longo dos anos 80 e 90, na qual se misturam e se relacionam as frequentes crises externas sofridas pelo país e o processo de abertura comercial e financeira. Soma-se a isso as novas diretrizes de política econômica, e a indústria nacional passa a perder cada vez mais sua importância dentro do valor adicionado total. Essa situação somada a uma suposta perda de peso do emprego industrial no emprego total leva à denúncia de um processo de “desindustrialização” que estaria em curso desde os anos 80 (Oreiro e Feijó, 2011; Gonaçalves, 2011).

Para além da questão da indústria, o país passa por um novo momento em termos econômicos a partir de 2003. A ascensão de um partido de esquerda ao poder trouxe consigo um conjunto de novos condicionantes. Apesar do que pode ser colocado em relação à condução da política econômica, é um fato que as novas diretrizes do Estado brasileiro abarcavam um conjunto de medidas que beneficiam aqueles que estão situados na base da pirâmide social. Além de programas de transferência direta de renda, houve uma valorização constante do piso salarial a partir do ano de 2004 (Barbosa, 2011).

Embora não se possa afirmar com certeza, parte-se do pressuposto que essas medidas tem uma participação determinante na trajetória que seguiram os indicadores para os grupos de cor ou raça ao longo do período 2002-2012. Os dados apresentados no primeiro capítulo mostraram que ao longo desses anos houve uma forte tendência de formalização, escolarização e elevação do rendimento médio dos trabalhadores pretos e pardos. A literatura recente que trata sobre os efeitos do salário mínimo sobre o mercado de trabalho mostra que a elevação deste é perfeitamente compatível com a redução do desemprego e a elevação da formalização, bem como tem fortes efeitos positivos sobre a remuneração daqueles que recebem um salário de valor próximo ao do piso, além de tender a comprimir o leque de salários (Sabóia, 2009; Fajnzylber, 2001; Ulyssea e Foguel, 2006; Medeiros, 2005).

Dessa forma, haveria um novo ciclo econômico em curso, na qual a indústria brasileira perde competitividade, o emprego industrial relativamente se reduz frente aos demais ramos de atividade. Simultaneamente, aumentam o número de postos de

trabalho e a renda daqueles situados na base da pirâmide. De que forma, portanto, esse processo afetaria a inserção dos nossos dois grupos de cor ou raça no mercado de trabalho, mais especificamente no emprego na indústria de transformação?

Como observamos no terceiro capítulo, os brancos ainda são a maioria na indústria de transformação, seja quando se analisa os setores tradicionais, seja quando se analisa os setores modernos. Porém, os pretos e pardos são a grande maioria quando falamos de trabalhadores com menos de um ano de estudo. Conforme nos movemos para estratos de educação mais elevados, vimos que os brancos se tornam a imensa maioria, em todos os segmentos da indústria de transformação. Essa relação também é válida quando estudamos a posição na ocupação dos trabalhadores, bem como quando estudamos os grupamentos ocupacionais a que pertencem. Os brancos também tem um peso relativo maior quando olhamos os setores mais modernos da indústria de transformação. Portanto, a primeira conclusão a que chegamos é que o peso relativo dos trabalhadores brancos aumenta conforme o *status* social conferido pelo tipo de ocupação em questão.

Outra conclusão, simétrica à anterior, é que o diferencial de rendimentos entre os grupos de cor ou raça é sempre positivo a favor dos brancos, em qualquer nível de desagregação possível. Além disso, este aumenta conforme nos movemos para os estratos mais “nobres” da ocupação. Essa relação ficou evidente quando analisamos o comportamento dos diferenciais de rendimento entre dirigentes e trabalhadores brancos e pretos e pardos. Quando a questão foi colocada, já era de se esperar que tanto dirigentes quanto trabalhadores brancos ganhassem mais, em média, que os dirigentes e trabalhadores pretos e pardos. Porém, o que ficou nítido é que o diferencial de salários entre os grupos de cor ou raça é sempre muito maior entre dirigentes do que entre trabalhadores.

Outra questão apontada pelos dados foi o baque sofrido pelo emprego industrial quando da eclosão da crise econômica internacional a partir de 2008. Ficou evidente qual o tipo de trabalhador industrial mais vulnerável aos ciclos e conjunturas: trabalhadores pretos e pardos que trabalham nas indústrias tradicionais, principalmente os que estabelecem contratos informais de trabalho. Um detalhe apenas apontado pelos dados, mas que precisaria de um grau maior de controle para ser afirmado, é que a ocorrência simultânea de queda do emprego de pretos e pardos na indústria de

transformação tradicional e a elevação do emprego destes na construção civil. Esse dado poderia indicar uma transição para setores que tradicionalmente abarcam contratos de trabalho informais, como é o caso da construção civil. Em 2009, ano em que os efeitos da crise foram mais intensos, cerca de três quartos dos pretos e pardos empregados na construção civil trabalhavam por conta própria ou não tinham carteira assinada, segundo a PNAD.

Há de se reconhecer a significativa melhoria da situação dos pretos e pardos no mercado de trabalho no que tange às assimetrias de rendimentos. Embora permaneçam em níveis elevadíssimos, os diferenciais entre os rendimentos médios entre brancos e pretos e pardos caíram para quase todas as desagregações realizadas, algumas delas de forma expressiva. Não se pode desconsiderar que a política salarial expansiva praticada no período foi um dos principais motores dessa mudança, por meio dos já abordados efeitos desta sobre a renda.

Foi verificado ainda que o as assimetrias entre brancos e pretos e pardos são mais acentuadas nas indústrias dinâmicas em boa parte dos indicadores analisados. Essa diferença, porém, não chega a ser significativa no que tange aos diferenciais de rendimento, e sim no menor nível de formalização do mercado de trabalho das indústrias tradicionais. Por exemplo, apenas em 2007 os pretos e pardos passaram a ser predominantemente empregados com carteira assinada nesse ramo da indústria de transformação. Além disso, quando a crise econômica reduziu o emprego industrial no período 2008-2011, vimos que os mais afetados por essa conjuntura foram justamente os pretos e pardos que trabalhavam em indústrias tradicionais.

Por fim, como já apontado na conclusão, este trabalho teve como objetivo fazer alguns apontamentos sobre esse tema tão escassamente estudado. Fica a esperança de que este possa contribuir para a compreensão, enfrentamento e solução das relações entre a questão racial e o emprego industrial.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREWS, G. Blacks and Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988, Madison, The University of Wisconsin Press, 1991.

BACHA, E. e MATA, M. Emprego e Salários na Indústria de Transformação, 1949/1969. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 3, n. 2, p. 303-340, 1973.

BASTIDE, R. e FERNANDES, F. Brancos e Negros em São Paulo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

BONELLI, R. Produtividade industrial nos anos 90: controvérsia e quase-fatos. A economia brasileira em perspectiva. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.

CANDAL, A. "A Industrialização Brasileira: Diagnósticos e Perspectivas". Estudo Especial divulgado juntamente com o Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970. Ministério do Planejamento e Coordenação Social, 1969.

CANO, W. "Industrialização, crise, ajuste e reestruturação: Algumas questões sobre o emprego e suas repercussões sobre a distribuição da renda" . In: OLIVEIRA, C. A. B., MATTOSO, J. E. L., OLIVEIRA, M. A., SIQUEIRA NETO, J. F., e POCHMANN, M. (orgs.). O Mundo do Trabalho: Crise e Mudança no Final do Século. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.

CANO, W. Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil. Revista EconomiA, 2012.

CASTRO, A. B, "A Rica Fauna da Política Industrial e a sua Nova Fronteira". Revista Brasileira de Inovação, vol. 1, n. 2, pp. 253-274, 2002.

CASTRO, A. B. e SOUZA, F. A economia brasileira em marcha forçada. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

DEAN, W. "A industrialização durante a República Velha". In: FAUSTO, B. (org.). O Brasil Republicano I. Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: Difel, 1985.

DRAIBE, S. Rumos e Metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil: 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FAJNZYLBBER, P. Minimum wage effects throughout the wage distribution: evidence from Brazil's formal and informal sectors. Cedeplar/UFG, 2001 (Texto para Discussão, 151)

FERNANDES, F. "The Weight of the Past". In: FRANKLIN, J. H. Color and Race. Houghton Mifflin Company, 1968.

FERNANDES, F. A integração do negro à sociedade de classe, 2 volumes. São Paulo: Dominus Ed./Editora da US, 1965.

FOGUEL, M. N. Uma análise dos efeitos do salário mínimo sobre o mercado de trabalho no Brasil. Ipea, 1998 (Texto para Discussão, 564).

FONSECA, P. "Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930". Revista de Economia Política, v.23, n.1(89), jan-mar/2003, p.133-48.

FURTADO, C. (1959). Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIAMBIAGI, F. (2011): "Rompendo com a Ruptura: o Governo Lula (2003-2010)". In: GIAMBIAGI et al. (orgs.). Economia Brasileira Contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GONÇALVES, R. Nacional-desenvolvimentismo às avessas. IPEA, Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, 2011.

GUIMARÃES, A. S. A. Classes, Raças e Democracia. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, A. S. A. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.

HASENBALG, C. "O Negro na Indústria: Proletarização Tardia e Desigual". In: HASENBALG, C. e SILVA, N. V. Nelson do Valle. Relações raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

HASENBALG, C. "Perspectivas sobre raça e classe no Brasil". In: HASENBALG, C. e SILVA, N. V. (orgs.). Cor e estratificação social. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999

HERMANN, J. (2011): “Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento e a Crise da Dívida Externa”. In: GIAMBIAGI et al. (orgs.). *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

IANNI, O. (1971). *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MARQUETTI, A. ”Progresso Técnico, Distribuição e Crescimento na Economia Brasileira: 1955-1998”. *Estudos Econômicos*, vol. 32, n. 1.

MARX, K. (1871). *O Capital: crítica da economia política*, v.1 e v.2. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1995.

MEDEIROS, C. "Auge e Declínio dos Estados Desenvolvimentistas: novos desafios". *Parcerias Estratégicas*, vol. 15, número 30, junho de 2010.

MEDEIROS, C. “A Economia Política do Salário Mínimo e o Desenvolvimento Econômico”. In: BALTAR, P., DEDECCA, C., KREIN, J. D. (orgs.). *Salário Mínimo e Desenvolvimento*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2005.

NERI, M. O reajuste do salário mínimo de maio de 1995. *Anais do XIX Encontro Brasileiro de Econometria*. Recife: SBE, 1997.

PAIXÃO, M. Dimensões estruturais das assimetrias de cor ou raça e de gênero e impactos da crise, novembro de 2009 (Boletim Tempo em Curso).

PAIXÃO, M. e CARVANO, L. (orgs.). *Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2007-2008*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PAIXÃO, M., ROSSETTO, I., MONTOVANELE, F. e CARVANO, L. (orgs.). (2011a). *Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2009-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

PAIXÃO, M., ROSSETTO, I. e MONÇORES, E. (2011b). *A variável cor nas estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego, Parte I, comentários sobre os metadados*, dezembro de 2011 (Boletim Tempo em Curso).

- PAIXÃO, M. A Lenda da Modernidade Encantada: por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre relações raciais e projeto de Estado-nação. Curitiba: Editora CRV, 2014.
- PIANCASTELLI, M. e PEROBELLI, F. ICMS: Evolução Recente e Guerra Fiscal. Ipea, 1996 (Texto para Discussão, 402).
- PORCARO, R. M. "Desigualdade racial e segmentação no mercado de trabalho". Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro, (15): 171-207, 1988.
- PORCARO, R. M. e ARAÚJO, T. C. "Mudanças na divisão social do trabalho e (re)produção da desigualdade racial". Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Fundação Seade, 2(2):47-53, 1988.
- SABOIA, A. e SABOIA, J. Brancos, pretos e pardos no mercado de trabalho no Brasil. Um estudo sobre desigualdades. 2007. (Disponível em: [www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/artigocoranaesaboiavf\\_1\\_.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/artigocoranaesaboiavf_1_.pdf))
- SABOIA, J. Emprego Industrial no Brasil: situação atual e perspectivas para o futuro. Revista de Economia Contemporânea, 2004.
- SABOIA, J. Perfil da População Remunerada pelo Salário Mínimo no Mercado de Trabalho no Brasil – 1997/2007. Econômica, v. 11, n. 1, p. 51-77, junho 2009.
- SCHWARCZ, L. M. Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987.
- SCHWARCZ, L. M. O Espetáculo das Raças. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, N. V. "Morenidade: modos de usar". In: HASENBALG, C. e SILVA, N. V. (orgs.). Cor e estratificação social. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999
- SUZIGAN, W. Indústria brasileira: origens e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ULYSSEA, G. e FOGUEL, M. Efeitos do Salário Mínimo sobre o Mercado de Trabalho Brasileiro. Ipea, 2006 (Texto para Discussão, 1168).